

LEI Nº 1057/2015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE GRANJA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRANJA.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º: Fica criado o Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Granja/Ce, de acordo com a Resolução do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), com a finalidade de garantir a proteção integral, a promoção e a defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direito, de acordo com os princípios e diretrizes legais em vigor no Brasil e no mundo, em especial na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA;

Art. 2º: Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - Criança: pessoa em desenvolvimento, com individualidade e originalidade própria que tem valor em si mesmo; sujeito social, cidadã, com direitos humanos e direitos específicos da idade e do processo de desenvolvimento e formação que está vivendo;

II – Infância: categoria social e cultural da vida humana, mutável segundo o tempo e a cultura, que caracteriza o período da existência que vai da concepção aos doze anos de idade;

III - Primeira Infância: período da vida que envolve a fase gestacional, o nascimento e os primeiros seis anos completos, sendo basilar na formação da pessoa, na construção da subjetividade e das interações sociais;

IV – Desenvolvimento infantil: processo de formação humana, com características e ritmo próprios de cada criança, que se dá na interação com o meio social, cultural, ambiental, físico e econômico e que deve ser integral, abrangendo simultânea e integradamente todos os aspectos de sua personalidade - físico, social, afetivo, cognitivo, linguístico, artístico e transcendental;



Parágrafo Único. A diversidade entre as crianças e na infância, consequência dos processos individuais e coletivos de constituição pessoal e social, deve ser acolhida em todos os ambientes de atendimento às crianças como direito à individualidade e subjetividade de cada uma e às características dos diferentes grupos sociais e como riqueza cultural da sociedade brasileira.

Art.3º: Os direitos de proteção, promoção e participação se aplicam a todas as crianças, sem discriminação de qualquer natureza, seja origem de nascimento, situação familiar, idade, sexo e gênero, raça, etnia ou cor, religião e crença, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, do ambiente social, da região e local de moradia ou outra que diferencie as condições pessoais, familiares ou da comunidade em que vive.

Art.4º: A família, a Comunidade, a Sociedade e o Estado (União, Estado e Município) são co-responsáveis, dentro de suas competências legais e institucionais, pela proteção integral e pela oferta de meios que assegurem a promoção e a participação da criança desde a Primeira Infância, devendo observar como critério, no planejamento e nas ações, o seu interesse superior.

Art.5º: A família é a instituição social primordial de proteção, cuidado e educação da criança na Primeira Infância e contará, para o bom desempenho dessas funções, com o apoio da Sociedade e do Estado.

§ 1º A mãe e o pai, ou os responsáveis pela criança, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados e indeclináveis no seu cuidado e educação.

§ 2º As famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco de cuidado, proteção e educação de seus filhos, independentemente da condição econômica, terão prioridade de atenção pelo Estado (União, Estado e Municípios), dentro de suas competências legais e institucionais.

Art. 6º: A comunidade e a sociedade participam solidariamente do cuidado e proteção da criança:

I – por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações, nos termos do art. 227, § 7º, combinado com o art. 204, II, da Constituição Federal;



II – integrando conselhos, de forma paritária com representantes governamentais, com funções de planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação;

III – executando ações diretamente ou em parceria com o Poder Público;

IV – desenvolvendo programas, projetos e ações compreendidas no conceito de responsabilidade social e de investimento social privado, e,

V – promovendo ou participando de campanhas e ações que visem à maior participação social na garantia dos direitos da criança.

Art.7º: O Estado (União, Estado e Município) tem o dever de planejar e por em prática, no âmbito do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da Administração Pública, todas as medidas que sejam necessárias e apropriadas, bem como apoiar a co-responsabilidade da família e da sociedade e promover a participação social para que toda criança pequena esteja no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 8º: O Município de Granja/Ce, dentro de suas competências, dará apoio às famílias, por meio de políticas e programas apropriados, para que tenham as condições necessárias e adequadas para exercer a função de cuidado, proteção e educação da criança na Primeira Infância, em especial as que assegurem a construção ou reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

Art.9º: O Município de Granja/Ce, poderá conveniar, nos moldes legais em vigor, com organizações da sociedade civil que tenham entre seus objetivos o atendimento de direitos da criança, com vistas à formação de redes de cuidado e proteção nas comunidades das crianças.

Art. 10: As políticas públicas pela Primeira Infância serão elaboradas de acordo com os seguintes princípios:

I – Fortalecimento do papel da família como instituição primordial de cuidado, proteção, educação da criança e formação dos vínculos afetivos;

II – Centralidade da criança como sujeito e cidadã, ponto de partida da definição das ações;

III – Escuta da criança, acolhendo-a como participante, por meio de suas diferentes linguagens, da definição das ações que melhor atendem às suas necessidades e interesses;

IV- Atenção à integridade e integração da criança;

V - Integração das ações setoriais por meio da articulação dos organismos que têm atribuições na área dos direitos da criança ou cuja atividade afeta a vida e o desenvolvimento infantil;

VI – Conjugação das visões humanista, científica e técnica na formação e desenvolvimento da criança;

VII – Acolhimento da diversidade étnica, cultural, de gênero e de condições pessoais de desenvolvimento;

VIII – Prioridade do investimento público nas áreas, grupos sociais e famílias que, por razões econômicas ou de outra natureza, apresentam situação precária no atendimento dos direitos da criança;

Art. 11: O Plano Municipal pela Primeira Infância terá as seguintes características:

I – abrangência de todos os direitos da criança;


II – participação da sociedade na sua elaboração;

III – Co-responsabilidade e respeito das competências legais e institucionais da União, dos Estados e dos Municípios na atenção à Primeira Infância;

Art. 12: Os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão elaborados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias capazes de dar suporte aos objetivos e metas do plano municipal pela primeira infância.

§ 1º O Documento Síntese da proposta do plano constante do Anexo desta Lei, destina-se a orientar os programas, projetos e ações voltados para crianças de zero a seis anos, em cada Secretaria responsável pelos pilares do Cuidar (Saúde), Educar (Educação), Promover a Assistência Social (Assistência Social) e o Direito à Cidadania (Direitos Humanos) e outras áreas de interesse da Primeira Infância no município.

§ 2º O Documento Síntese da proposta do plano poderá sofrer modificações e retificações, à medida que se proceder sua implementação, quando necessário para melhor execução e fortalecimento da política pública pela primeira infância, sempre salvaguardando princípios, diretrizes e áreas de atuação estabelecida, bem como sem alteração de seus objetivos.

Art. 12: O Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Granja/Ce será implementado com ações estabelecidas a curto, médio e longo prazos. 



P R E F E I T U R A
GRANJA
Melhor para todos

Art. 13: O Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Granja/Ce será construído, monitorado e executado de forma intersetorial, resguardando as ações previstas no Documento Síntese que deu origem ao Plano.

Art. 14: Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Granja/Ce, aos 13 dias do mês de novembro de 2015.

ROMEU ALDIGUERE DE ARRUDA COELHO
PREFEITO MUNICIPAL



P R E F E I T U R A
GRANJA
Melhor para todos

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

LEI Nº 1057/2015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Certifico que este ato foi publicado e afixado em 13/11/2015 no flanelógrafo instalado na sede da Prefeitura Municipal de Granja-CE, de conformidade com o Art. 92 da Lei Orgânica Municipal.

KELTON JOSÉ BEVILÁQUA LINHARES

OAB/CE 28.950-B

PROCURADOR ADMINISTRATIVO



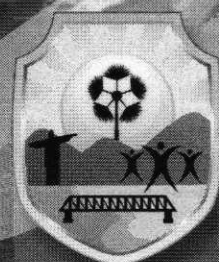
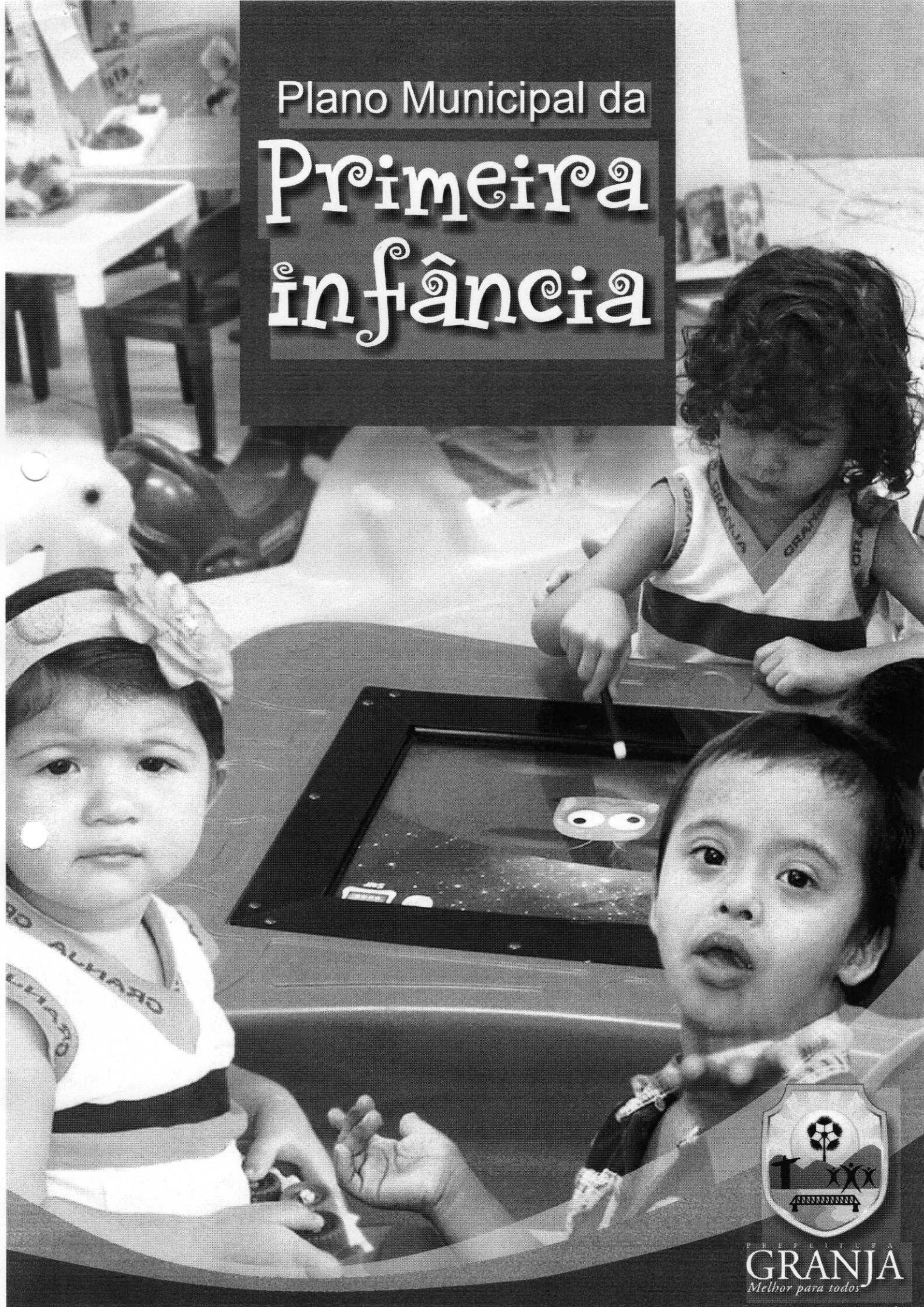
P R E F E I T U R A
GRANJA
Melhor para todos

ANEXOS

(LEI Nº 1057/2015, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015)

Plano Municipal da

Primeira infância



PREFEITURA
GRANJA
Melhor para todos

SUMÁRIO

RESOLUÇÃO DO CMDCA DE APROVAÇÃO DO PMPI	1
TERMO DE COMPROMISSO	2
APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
QUADRO ADMINISTRATIVO DE GRANJA	7
INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	8
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	38
AÇÕES FUNDAMENTAIS DO PLANO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	40
1ª AÇÃO FINALISTA: CRIANÇA COM SAÚDE	40
2ª AÇÃO FINALISTA: EDUCAÇÃO INFANTIL	43
3ª AÇÃO FINALISTA: A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA	46
4ª AÇÃO FINALISTA: ASSISTÊNCIA SOCIAL –A CRIANÇA E SUAS FAMÍLIAS	48
5ª AÇÃO FINALISTA: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FAMÍLIA ACOLHEDORA E ADOÇÃO	50
6ª AÇÃO FINALISTA: DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS	52
7ª AÇÃO FINALISTA: A CRIANÇA E O ESPAÇO- A CIDADE E O MEIO AMBIENTE	53
8ª AÇÃO FINALÍSTICA: ATENDENDO A DIVERSIDADE - CRIANÇAS NEGRAS, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS	55
9ª AÇÃO FINALISTA: ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS CRIANÇAS	57
10ª AÇÃO FINALISTA: ASSEGURANDO O DOCUMENTO DDE CIDADANIA DE TODAS AS CRIANÇAS	59
11ª AÇÃO FINALISTA: PROTEGENDO AS CRIANÇAS CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA	60
12ª AÇÃO FINALISTA: CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	62
13ª AÇÃO FINALISTA: EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CONSELHOS	66
SÍMBOLOS DE GRANJA	80
EQUIPE ORGANIZADORA	81

RESOLUÇÃO



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei de Criação nº 665, de 30 de agosto de 1994.

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL PELA
PRIMEIRA INFÂNCIA.**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GRANJA - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 655, de 30 de agosto de 1994:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **Plano Municipal pela Primeira Infância** apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Granja, considerando a importância da sistematização de ações para a melhoria da qualidade de vida na Primeira Infância.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GRANJA, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Ana Paula Dias de Oliveira
Ana Paula Dias de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GRANJA/CE

Sala dos Conselhos – Rua Tiago Ribas, 5/N – Centro CEP: 62.430-000 / Granja/CE E-mail: cmdca_granja@hotmail.com



TERMO DE COMPROMISSO

O Município de Granja- Ceará retratou através do Plano Municipal pela Primeira Infância, o diagnóstico de vida nossa população, tanto no âmbito social, político, educacional, estrutural, de saúde, de assistência, cultural, enfim, em todos os nossos aspectos positivos e negativos. Diante disso, juntamente com seus administradores legais e o CMDCA (conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente), o município busca garantir promoção, proteção e defesa desses direitos às crianças de 0 a 6 anos. O Plano possui a finalidade de formulação e implementação de política públicas adequadas que garantam a garantia e a proteção integral desses pequenos seres indefesos – futuros cidadãos.

O PMPI de Granja é o resultado de contas matemáticas, subtrativas, somatórias e divisíveis de um processo participativo da elaboração de um conjunto de representantes de diversos segmentos governamentais municipais e de integrantes representativos da sociedade civil organizada. As propostas enquadradas dentro do plano, foram analisadas a partir do diagnóstico do município, caracterizando nossa realidade e defendendo a Constituição e o ECA. Defendendo o desenvolvimento pleno de nossas crianças, temos essa primeira infância como real credora desses direitos garantidos, sendo a Família. O Estado e a Sociedade os devedores diretos e obrigados a cumpri-los.

Obedecendo a Constituição Federal, temos como amparo legal o Art. 227 “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais”, bem como a Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, dando outras providências, reforçando a necessidade de respeito e condição da criança em se desenvolver de acordo com a doutrina da prioridade absoluta.

O PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA estabelecido no município de Granja é um compromisso com nossas crianças. Essas ações voltadas para a primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) nos determina a trabalhar continuamente para a garantia desses direitos. Os desafios são grandes, mas a meta é prioritária. Temos que suprir todas as necessidades de nossas crianças, desde a mais tenra até a mais complexa. Devemos obter um desenvolvimento humano, econômico e social adequado, protegendo nossas crianças de qualquer situação de risco e vulnerabilidade, colocando-as dentro da escola para que sejam alfabetizadas na idade certa, oferecendo saúde de qualidade, evitando os abusos e explorações de trabalho e sexuais, colocando-as dentro de programas de esporte, lazer e cultura, tendo uma assistência social eficiente, capacitando-as a se tornarem cidadãos dignos e horados.

GRANJA, EM BUSCA DA CONQUISTA DA CIDADANIA.

Respeitosamente

ROMEU ALDIGUERI DE ARRUDA COELHO
Prefeito Municipal de Granja



APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal Pela Primeira Infância estabelecido e construído no município de Granja, é um compromisso com as crianças granjenses. Trabalhar para garantir seus direitos, atendendo todas as suas necessidades, levando-as ao desenvolvimento sadio e garantindo seu futuro.

O Plano Nacional Pela Primeira Infância (PNPI) já garantiu através dessa carta compromisso do país, o atendimento a todas as crianças de 0 a 6 anos confirmados pela Constituição Federal, ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) e pelas leis aplicadas a diferentes setores, como Educação, Saúde, Assistência Social e diversidade. As metas devem ser executadas em um período de até 12 anos (2011 até 2022), prevendo a elaboração de planos gradativamente correspondentes nos Estados e Municípios da Nação. O PNPI (PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA) quer construir a criança numa pessoa cidadã, garantida de direitos, vivendo uma parte da sua vida com valor em si mesma, construindo a dinâmica do crescimento baseada na sustentabilidade de seu desenvolvimento posterior. A Infância é um tempo silencioso, sendo que esses seis primeiros anos de vida são essenciais para a formação integral da criança, abrangendo suas formações físicas, cognitivas e sócio - emocional.

Garantir que a criança viva sua infância com plenitude é o objetivo geral da garantia de direitos da primeira infância.

Existe uma Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) é a entidade nacional responsável pela Elaboração do Plano Nacional. Formada pelo conjunto de representantes da sociedade civil, governo e setor privado, bem como outras redes e instituições multilaterais que devem atuar na promoção e defesa dos direitos da Primeira Infância.

Vale ressaltar, que, a família, o Estado e a sociedade tem a tarefa de fazer com que os direitos da primeira infância sejam assegurados, não devem repassar sua função, Cada indivíduo adulto tem sua tarefa de responsabilidade. Os pais devem educar seus filhos e o Estado tem a obrigação de garantir os direitos humano de cada cidadão. A sociedade cria mecanismos de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança, participando do planejamento das políticas públicas, verificando a execução de suas ações, vendo se atinge os objetivos propostos.

O PNPI é um documento operacional composto de diretrizes e metas antes estabelecidas que estão divididas em ações finalistas direcionadas às crianças de 0 a 6 anos de idade. Do PNPI, surge o PMPI (PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, onde os mesmos objetivos, metas e ações finalistas estão divididas as suas execuções por 13 setores: Saúde, Educação, Família e Comunidade, Assistência Social, Situação de Vulnerabilidade, Brincar, Espaço (cidade e meio ambiente), Diversidade (criança negra, quilombola e indígena), Violência, Cidadania, Pressão Consumista, Exposição aos meios de comunicação e acidentes. Para que o PMPI seja implantado é necessário a formação de profissionais, divulgação, atuação do poder legislativo, pesquisa do diagnóstico do município e averiguação dos preceitos do Plano Nacional pela Primeira Infância e pelo Plano Estadual pela Primeira Infância. A construção de um plano voltado para a primeira infância emana do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é o órgão superior de aprovação das Políticas Públicas.

Enfatizando as ações estratégicas do Plano Municipal pela Primeira Infância, observa-se a exigência da diminuição da mortalidade infantil, através de melhoria no atendimento pré-natal, durante o parto e por todo o aleitamento materno, demonstrando a importância dessa forma



saudável de alimentação nos primeiros seis meses de vida, combatendo assim a desnutrição, anemias e obesidade infantil. Importante verificar a necessidade de profissionais capacitados no atendimento à gestante (principalmente a gravidez na adolescência), nos serviços complementares de Assistência Social e Educação, pois nesses setores fica mais fácil se detectar os sinais de riscos físicos e ou psicológicos na primeira infância.

Sobre a Educação Básica no município podemos ressaltar o direito por lei da criança à Educação Infantil nas creches e pré-escolas. Todos os profissionais da área, tem por direito e dever participar da formulação da proposta pedagógica da escola, melhorando assim o atendimento às crianças. Observando o regimento do PNE (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO), bem como, a proposta do PME (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), veremos que a oferta de educação infantil visa atender 40% da população de até 3 anos de idade até 2016 e 100% de 4 e 5 anos até 2022, atingindo também 70% das crianças de 0 a 3 anos até o final da previsão do plano.

Está previsto a análise e o aperfeiçoamento pelo Poder Executivo e o encaminhamento com Projeto de Lei, à Câmara de Vereadores de Granja para tornar-se lei municipal, onde as Ações definidas pelo plano se tornem realidade, onde a sociedade granjense monitore e acompanhe a implementação dessas ações, exercendo o controle social sobre o orçamento municipal.

O ápice desse primeiro PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, coincidirá com a comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil, donde poderemos contar com os louros colhidos pelo esforço e compromisso da atual administração municipal e de todos os que compõem o quadro administrativo, equipe intersetorial do selo Unicef, comunidade e crianças.

Vitória é o que nos aguarda!

JUSTIFICATIVA

O termo INFÂNCIA engloba um conjunto de garantias e direitos que para poder viver com qualidade, esses pequenos seres precisam antes de tudo, "viver o presente". É sabedor que é muito importante preparar o futuro, mas é incondicional viver bem o presente. É isso que a infância precisa. São seres indefesos que precisam ser continuamente orientados e protegidos. Isso é papel da Família, do Estado e da Comunidade. É atribuído um valor incondicional à vida adulta, como se a cidadania representasse apenas essa etapa de vida, esquecendo-se que a criança é o alicerce da edificação que é o homem. Como pode uma construção ser edificada sob fragilidades e deficiências? Ai, entra o papel do PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. Garantir os direitos desse cidadão ainda frágil, que ainda não sabe qual caminho seguir. Conduzir por caminhos alicerçados na coerência, na partilha, no amor, na saúde, na educação, no espaço físico adequado e condição de vida adequada. Achando-se que a criança ainda não sabe opinar, muitas vezes, é deixado de ouvir sua expressão de ideias. Nos seis primeiros anos de vida desse ser, vai ser desenvolvido sua capacidade de formação, de caráter, de personalidade e de encontro com o mundo.

As ações, estratégias, propostas e ideias apresentadas no PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA no município de Granja, no Estado do Ceará, visam construir pessoas sadias e de direitos garantidos, deixando-as a viver com qualidade a primeira etapa de sua existência. Resultante de vários trabalhos, pesquisas, diagnóstico, reuniões, discursões, apresentações e correções feitas pela Equipe Intersetorial do Selo Unicef, CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente), Conselho Tutelar, Secretarias, Nuca, comunidade e famílias.

Granja tem prosperado inusitadamente na Garantia e Qualidade de vida do povo, sem esquecer a Primeira Infância. O trabalho do Conselho Tutelar tem tomado por foco a defesa da criança e adolescente, o qual é o seu objetivo primordial. Sabedor das dificuldades acumuladas devido ao pequeno número de conselheiros (apenas cinco), da grande extensão territorial com 2.697,2 km², com uma população estimada para 2015, segundo o IBGE, de 53.918 caracterizando uma densidade demográfica de 19,52 hab/km², com um número pequeno de veículos destinado a esse trabalho, apenas um, sendo necessário a administração suprir essa necessidade com veículos da prefeitura. Superar as dificuldades e atingir os objetivos é a meta do município.

Granja é uma cidade localizada ao Noroeste do Ceará, na Região Nordeste do Brasil. O povo é chamado Granjense. Com uma altitude de 100m, de clima tropical, caracterizado pela caatinga, coberta por várias planícies de belos carnaubais e interrompidas por serrotes e outeiros, dos quais o mais alto é o da Tiaia. Granja, cidade centenária, originária na época do Brasil Império, com os nomes de Macaboqueira (nome indígena que significa maus caboclos) e de Santa Cruz, por conta dos colonizadores portugueses. O Povoamento de Granja foi um dos mais antigos que procedeu na Capitania do Ceará. Habitada por tribos indígenas que se beneficiavam pelas terras férteis do Rio Coreaú. O Rio, inicialmente chamado pelos indígenas de Curuayú, de Curiá (ave aquática e de pequeno porte) + yú (do verbo beber), que significa bebedouro dos curiás. Nasce na Serra da Ibiapaba, banhando as terras dos Municípios de Frecheirinha, Mucambo, Ubajara, Coreaú, Moraújo, Uruoca, Granja e deságua no Oceano Atlântico em Camocim, sendo caracterizado pelo um rio temporário de acordo com as variações pluviométricas da região. Em 03 de agosto de 1702 foi ocupado por colonizadores cinco léguas de terras na margem oriental do rio Coreaú. Os primeiros colonizadores dessa região foram portugueses e baianos que juntamente com os indígenas ergueram a cidade de Granja, sendo a povoação também chamada inicialmente de Ribeira do



Coreaú, sendo elevada à categoria de vila por alvará de 27 de junho de 1776, com a denominação de Granja. Hoje Granja possui o Açude Gangorra, construído em 1999, que possui um volume de 62.500.000 m³. Nos registros do IBGE datado de 2010, Granja estava no segundo lugar de menor índice de desenvolvimento humano do Estado do Ceará. Granja foi elevada à condição de cidade pela lei provincial Nº 692, de 03 de novembro de 1854. Atualmente, Granja é constituída de 7 distritos: Granja (sede), Adrianópolis, Ibuguassu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaíba e Timonha, segundo a divisão territorial de 31-12-1968. Granja tem um conjunto de prédios históricos: Estação Ferroviária (1881), Câmara Municipal de Granja (1877), Mercado Público (1878), Cemitério de São João (1878), Igreja-Matriz (1759), Ponte Metálica sobre o Rio Coreaú (1881), Solar dos Gouveias e casarões do início do século XIX. Como fatos marcantes que enriquecem a história de Granja destacam-se a inauguração da ferrovia aos 15 de janeiro de 1881 e em agosto de 1889 a visita que fez à cidade Conde D'Eu, neto do Rei da França, e esposo da Princesa Isabel, autora da libertação dos escravos no Brasil, ainda na época do Império. Granja viu nascer em seu berço, pequenas-grandes celebridades, como: Livio Barreto, autor do livro "Dolentes", foi patrono da cadeira 24 da Academia Cearense de Letras, bem como Padre Osvaldo Chaves como autor do livro "Êxguas".

Livio Barreto, nasceu em 18 de fevereiro de 1870 e morreu em 29 de setembro de 1895, vivendo apenas 25 anos, aprendendo as primeiras letras em 1878. Ainda criança começou a trabalhar como caixeiro. Tendo um forte apego pela literatura, criou juntamente com outros literários os jornais— O Iracema, depois —A Luz — O Pão Tornou-se o representante principal do simbolismo no Ceará.

Lágrimas

Lágrimas tristes, lágrimas doridas,
Podeis rolar desconsoladamente!
Vindes da ruína dolorosa e ardente
Das minhas torres de luar vestidas!

Órfãs trementes, órfãs desvalidas,
Não tenho um seio carinhoso e quente,
Frouxel de ninho, cálix recendente,
Onde abrigar-vos, pérolas sentidas.

Vindes da noite, vindes da amargura,
Desabrochastes sobre a dura frágua
Do coração ao sol da desventura!

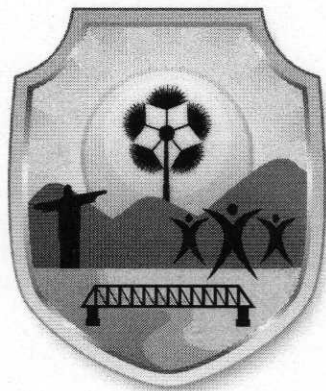
Vindes de um seio, vindes de uma mágoa
E não achastes uma urna pura
Para abrigar-vos, frias gotas d'água!

Diante dessa história de um filho que se tornou famoso com seu esforço e dedicação, com uma vida curta, Granja se sente na responsabilidade, hoje de âmbito nacional, de proteger e garantir direitos às crianças de sua terra, para que num futuro promissor possa declamar que o dever está sendo cumprido.

Diante da certeza de que o PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA deve ser implantado no município e cumprido assim mais uma etapa dentro das exigências do Selo Unicef, Granja com sua equipe e seus representantes legais, fizeram um diagnóstico do Município, englobando vários parâmetros da rede Educacional, social, política, estrutural, racial, cultural, administrativa, financeira, dentre outras.



QUADRO ADMINISTRATIVO DE GRANJA



P R E F E I T U R A
GRANJA
Melhor para todos

Lista dos prefeitos que já passaram pela gestão Municipal.

- ≠ Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (PR) (2013–2016)
- ≠ Helio Fontenele Magalhães - 2012;
- ≠ Esmerino Oliveira Arruda Coelho – 1989 – 1982 & 2009 a 2012;
- ≠ Francisco Geovane da Rocha Brito – 2004 a 2008;
- ≠ Carmem Salles Oliveira Arruda – 1997 – 2000 & 2001 - 2004;
- ≠ Eliezer Oliveira Arruda Coelho Filho - 1993 - 1996;
- ≠ José Garcez Rocha – 1977 - 1982;
- ≠ Eliezer Oliveira Arruda Coelho – 1973 – 1977 & 1983 - 1988;
- ≠ Luiz Xavier Oliveira - 1971 - 1973;
- ≠ Francisco Juarez Cruz de Vasconcelos – 1967 - 1971;
- ≠ Guilherme Gouveia Filho – 1963 - 1967;
- ≠ Antônio Gouveia Filho – 1959 - 1963;
- ≠ Antônio Monteiro Carneiro da cunha – 1951 – 1955;
- ≠ Francisco Gonzaga de Sousa – 1947 – 1951 & 1955 – 1959;
- ≠ Cícero Dias Martins – 1945 – 1947;
- ≠ Raimundo Mauro Xavier de Oliveira – 1945;
- ≠ Raimundo Guanabara – 1945;
- ≠ Francisco Félix Fragoso – 1935 – 1936;



- ≠ Guilherme Teles Gouveia – 1930 – 1936;
- ≠ Hugo Porfírio da Mota – 1928 – 1930;
- ≠ Raimundo Evangelista da Silva – 1927 – 1928;
- ≠ Inácio de Almeida Fortuna – 1919 – 1927;
- ≠ José Hélio da Costa – 1914 – 1919.

Fonte: Granja Nossa História

Esses foram os administradores responsáveis pelo desenvolvimento do município desde que Granja, deixou de ser vila e passou a ser cidade, finalizando com a atual administração que diante dos desafios se compromete de colocar o município no patamar exigido e merecido pelo povo.

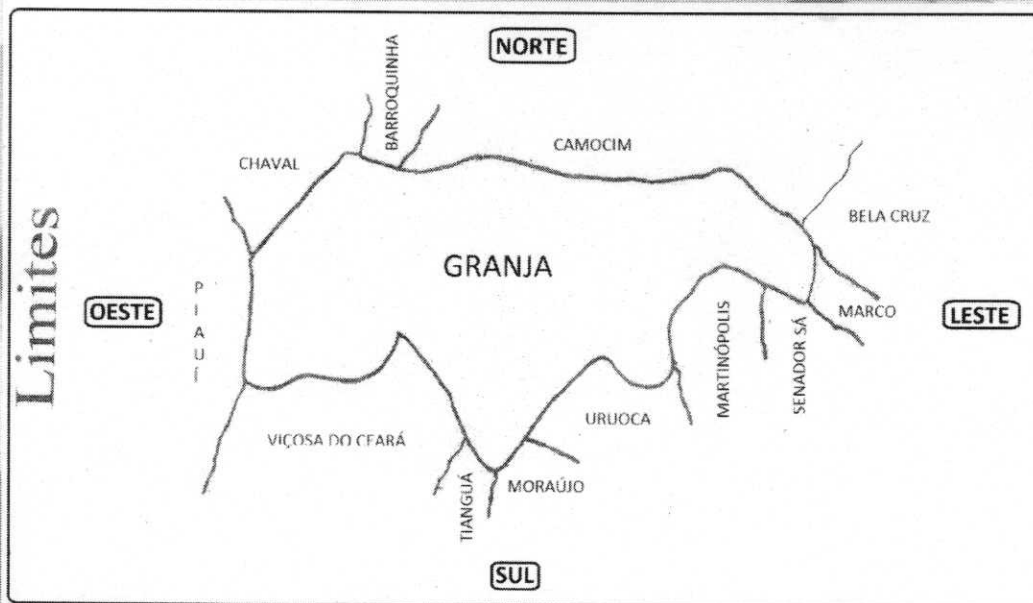


Localização do município de granja no estado do Ceará



Granja está localizada no Noroeste do Estado do Ceará

Limites do município de granja





DIVISÃO ADMINISTRATIVA

DIVISÃO	LOCALIZAÇÃO (CEP)	(URBANA/RURAL)
Granja (1776)	62.430 – 000	
Adrianópolis (1963)	62.435 – 000	
Ibuguassu (1943)	62.448 – 000	
Parazinho (1933)	62.437 – 000	
Pessoa Anta (1940)	62.445 – 000	
Sambaíba (1963)	62.433 – 975	
Timonha (1933)	62.440 – 000	

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2010)	0,559	Posição do ranking – 183
Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM (2010)	18,20	Posição do ranking – 126
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta – IDS-R (2009)	0,244	Posição do ranking – 184
Índice de Desenvolvimento Humano Nacional (2010)	Dos 5.565 municípios brasileiros, Granja ocupa 5.066 posição em 2010	
Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF	Posição do ranking – 184	

IDF	Vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições de habitação
0,48	0,71	0,21	0,11	0,35	0,92	0,55



Estimativa do orçamento municipal destinado às ações para a primeira infância	Em valores reais (R\$)	Percentual em relação ao total do orçamento municipal			
	Setor Econômico	2005	2009	2011	
Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município	Agricultura		14,5 %	12,82%	
	Indústria		9,5 %	9,88%	
	Serviços		72,8%	77,29%	
	Impostos		3,2%	B	

Indicadores sociodemográficos

População por situação de domicílio e sexo

Divisão Administrativa	POPULAÇÃO TOTAL			ZONA URBANA			ZONA RURAL		
Município Total	TOTAL GERAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Granja	52.645	26.714	25.931	25.892	12.682	13.210	26.753	14.032	12.721

População por grupos de idade

Divisão Administrativa	Município Total	TOTAL	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 59 anos	Acima de 60 anos	Acima de 100 anos
Homens	-	(1 a 4) 1.972	2.795	3.376	3.077	2.443 (até 24)	819 (60 a 64)	8	
	-	(-1 ano) 414	-	-	-	2.092 (25 a 29)	642 (65 a 69)	-	
	-	-	-	-	-	1.907 (30 a 34)	486 (70 a 74)	-	
	-	-	-	-	-	1.633 (35 a 39)	318 (75 a 79)	-	
	-	-	-	-	-	1.412 (40 a 44)	169 (80 a 84)	-	
	-	-	-	-	-	1.161 (45 a 49)	114 (85 a 89)	-	
	-	-	-	-	-	906 (50 a 54)	41 (90 a 94)	-	
	-	-	-	-	-	915 (55 a 59)	14 (95 a 89)	-	
Mulheres	-	(1 a 4) 1.926	2.617	3.397	2.843	2.259 (20 a 24)	-	2	
	-	(-1 ano) 449				1.937 (25 a 29)	813 (60 a 64)	-	
	-					1.802 (30 a 34)	699 (65 a 69)	-	
	-					1.552 (35 a 39)	485 (70 a 74)	-	
	-					1.346 (40 a 44)	350 (75 a 79)	-	
	-					1.200 (45 a 49)	196 (80 a 84)	-	
	-					922 (50 a 54)	144 (85 a 89)	-	
	-					904 (55 a 59)	66 (90 a 94)	-	
	-					-	22 (95 a 99)	-	



Rendimentos por cor ou raça

Divisão Administrativa	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
<i>com rendimento de sem rendimento (inclui as pessoas que receberam somente em benefícios)</i>		759	226	87	2.913	-	-
Rendimento de Até 1/8 de salário mínimo		3.270	1.258	379	13.498	-	-
Rendimento de Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo		2.211	535	404	7.652	9	-
Rendimento de Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo		1.908	481	251	7.636	13	-
Rendimento de Mais de 1/2 a 1 salário mínimo		1.953	309	221	4.032	-	-
Rendimento de Mais de 1 a 2 salários mínimos		645	11	89	1.021	-	-
Rendimento de Mais de 2 a 3 salários mínimos		121	-	-	139	-	-
Rendimento de Mais de 3 a 5 salários mínimos		165	17	-	262	-	-
Rendimento de Mais de 5 a 10 salários mínimos		68	-	-	41	-	-
Rendimento de Mais de 10 salários mínimos		-	-	-	9	-	-
TOTAL		11.100	2.837	1.431	37.203	22	-

Pessoas de até 10 anos de idade por existência e tipo de registro de nascimento

Pessoas até 10 anos de idade existência de registro de nascimento
Tinham

Tipo de registro de nascimento

Registro de Cartório (Nascidos vivos - registrados - lugar do registro)	Registro de Nascimento Vivo DNV do hospital ou maternidade (por lugar de residência da mãe)	Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI	Não Tinham	Não Sabiam	Sem Declaração
781	691	-	-	-	-
por lugar de residência da mãe	Nascidos vivos - ocorridos no ano - por lugar de residência da mãe	-	-	-	-
821	714	-	-	-	-

Domicílios particulares permanentes, moradores de domicílios permanentes e média de moradores de domicílios particulares permanentes por situação de domicílio

<i>Divisão Administrativa</i>		<i>Domicílios Particulares Permanentes</i>	<i>Moradores em domicílios particulares permanentes</i>						
Granja	Total domicílios	<i>Situação do domicílio</i>		<i>Situação do domicílio (moradores)</i>			<i>Média de Moradores</i>		
		<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
	13.213	6.883	6.330	52.645	25.892	26.753	-	3,7617	4,2263

**Domicílios Particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita
classe de rendimento nominal domiciliar per capita (salário mínimo)**

	<i>Divisão Administrativa</i>	<i>Total</i>	<i>Até ¼</i>	<i>Mais de 1/2 a ¼</i>	<i>Mais de 1/2 a 1</i>	<i>Mais de 1 a 2</i>	<i>Mais de 2 a 3</i>	<i>Mais de 3 a 5</i>	<i>Mais de 5</i>	<i>Sem rendimento</i>
Amarelo			783	251	221	89	0	0	0	87
Branco			5.481	1.908	1.953	645	121	165	68	759
Indígena			9	13	0	0	0	0	0	0
Pardo			21.150	7.636	4.032	1.021	132	262	50	2.913
Preto			1.793	481	309	11	0	17	0	226

SITUAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO

<i>Em relação ao pré-natal</i>	ANO	Percentua l
Percentual de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre de gravidez	2014	78,47%
Percentual de gestantes com 7 (sete) ou mais consultas pré-natal	2014	62,42%
Percentual de gestantes que realizaram o teste anti-HIV e obtiveram o resultado antes do parto	2014	80%
Percentual de gestantes vacinadas contra tétano neonatal	2014	100%
Percentual de gestantes com idade entre 10 e 19 anos	2014	22,2%

Número de gestantes com sintomas de depressão ou vítima de violência acompanhadas em serviços especializados	CAPS	NASF	CREAS	TOTAL
	0	0	1	1

<i>Em relação à gestão, parto puerpério</i>	Rede Privada	Rede Pública	Total
Número de unidades de saúde com oferta de serviço obstétrico no município	-	1	1
Percentual de partos naturais do total de partos registrados no município	-	76,85%	76,85%
Percentual de recém nascidos com agendamento de consultas de puericultura antes da alta da maternidade	-	-	-
Número de atendimentos de puericultura registradas em 2011	-	1.665	-
Percentual de gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto	-	-	-
Percentual de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém nascido, conforme a lei 1.108/2005	-	-	-
Número de parto domiciliares registrados – 2014	-	11	-
Percentual de ocorrência de partos domiciliares articulado com os cuidados da equipe de ESF	-	0%	-



Em relação à Mortalidade Materna (Entende-se por morte materna a “morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais”. MS)

POR FAIXA ETÁRIA DA FALECIDA

Faixa etária	Número de Óbitos
10 a 14 anos	2
15 a 19 anos	-
20 a 29 anos	1
30 a 39 anos	6
40 a 49 anos	4
50 ou mais	-
Idade Ignorada	-
Total	13

Por Local de domicílio da falecida

Local do domicílio	Número de Óbitos
Zona Urbana	9
Zona Rural	4
Total	13

Por Etnia da falecida

Etnia	Número de Óbitos
Branca	1
Preta	-
Amarela	-
Parda	11
Indígena	-
Ignorado	1
Total	13

Porestado civil da falecida

Estado civil	Número de Óbitos
Solteiro	5
Casada	4
Viúva	1
Separada	-
Ignorado	3
Total	13

Em relação à criança até 6 (seis) anos

Percentual de óbitos neonatais de nascidos vivos	26,56%
Taxa de mortalidade infantil	34,15%
Percentual de crianças até 4 (quatro) meses aleitamento materno exclusivo	64,71%
Percentual de crianças menores de 1 ano com vacina tetravalente	98,12%
Percentual de crianças menores de 1 ano com vacina hepatite B	98,12%

	Teste do pezinho	Teste do Olhinho	Teste da Orelhinha
Percentual de nascidos vivos que realizaram a triagem neonatal	100%	-	-
Percentual de crianças menores de 2 anos desnutridas	-	-	-
Percentual de crianças até 6 anos com obesidade infantil	-	-	-

Percentual de crianças até 6 anos com HIV/AIDS	
Percentual de crianças até 6 anos com diabetes	
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência auditiva	
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência visual	
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência motora	
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência mental	
Percentual de crianças até 6 anos com deficiência acompanhadas em serviços especializados no município	
Percentual de óbitos de crianças menores de 01 ano por acidentes	
Percentual de óbitos de crianças de 01 a 04 anos por acidentes	

Percentual de óbitos por acidentes de transporte com crianças de até 04 anos	CAPS	NASF	C. FISIO	TOTAL
	0	0	0	0,00%
Percentual de óbitos de crianças até 6 anos	-	-	-	-

Em relação à gestão dos Serviços de saúde

Taxa de cobertura do PSF		Ano	Percentual
		2013	41,96%
Percentual de crianças com caderneta de saúde em acompanhamento pelas equipes de saúde		2014	100%
Percentual de unidades de saúde que disponibilizam a caderneta de saúde da criança	Rede Privada	Rede Publica	Total
	-	100%	100%



CAMPANHAS, PROGRAMAS OU AÇÕES REALIZADAS NO ANO EM CURSO

<i>Tipo da campanha</i>	<i>Quantidade</i>
De incentivo ao pré-natal	-
De incentivo ao parto natural	-
De incentivo ao aleitamento materno	-
Visando a redução da mortalidade materna	-
Visando a redução da mortalidade infantil	-
Visando a redução da desnutrição infantil	-
Visando a redução da obesidade infantil	-
De preparação de pais visando a paternidade/maternidade responsável	-
De promoção de ações de saúde auditiva na Primeira Infância	-
De promoção de ações de saúde ocular na Primeira Infância	-
De promoção de ações de saúde bucal na Primeira Infância	-
De detecção de diabetes na Primeira Infância	-
De atenção a saúde mental na Primeira Infância	-
Outubro Rosa	01
Novembro Azul	01
Semana do Bebê – 2014	01

INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Em relação aos aspectos gerais

	<i>Públicos</i>	<i>Privados</i>	<i>Total</i>
Número de creches no município	-	-	-
Números de estabelecimentos de educação com salas de creche	31	03	34
	<i>Área Urbana</i>	<i>Área Rural</i>	<i>Total</i>
Números de matrículas de crianças até 3 anos na modalidade de creche	320	442	762
	<i>Públicos</i>	<i>Privados</i>	<i>Total</i>
Número de centros de educação infantil	5	-	5
	<i>Públicos</i>	<i>Privados</i>	<i>Total</i>
Número de escolas com salas de educação infantil	42	3	45
	<i>Área Urbana</i>	<i>Área Rural</i>	<i>Total</i>
Número de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e 11 meses na educação infantil	769	893	1.662
	<i>Área Urbana</i>	<i>Área Rural</i>	<i>Total</i>
Número de estabelecimento de educação infantil públicos e privados em conformidade com os parâmetros curriculares de educação infantil estabelecidos pelo MEC	13	29	42
	<i>Setor Público</i>	<i>Setor Privado</i>	<i>Total</i>
Número de professores da educação da educação infantil	240	21	261



Percentual de instituições de educação infantil com oferta diária de merenda escolar	100%
Número de instituições de educação infantil de atendimento integral	0%
Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses	-
Número de alunos até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil	27
Número de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programa de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais	27 alunos
Número de crianças até 6 anos que utilizam transporte escolar	950
Percentual de instituições de educação infantil que tem representação de pais de alunos no conselho escolar	-
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas desenvolvem atividades de educação ambiental	100%
Percentual de instituições de educação infantil que contemplam em suas propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes a diversidade étnico-racial com vista a promoção da igualdade	100%
Percentual de Instituições de educação infantil que dispõem de brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial	0%
Percentual de instituições de educação infantil com cantinas com alguma restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais a saúde da criança	0%

Escola	Deficiência física	Deficiência intelectual	Cegueira	Autismo infantil	Transtorno Desintegrativo da infância	Baixa Visão	Deficiência Auditiva
EEF. Alzira Matilde de Oliveira	1 (2º ano)	1 (3º ano) 1 (7º ano)					
EEF. Antônio Gouveia Neto		1 (8º ano) 2 (3º ano) 1 (1º ano) 13 (3º ano)	1 (3º ano)				
EEF. D. Arzília Mota		4 (4º ano) 1 (5º ano) 1 (6º ano) 1 (8º ano)	1 (8º ano)				
EEF. Cândida Freitas	1 (4º ano)	2 (1º ano)					
CEI Carlos Dias Martins	1 (pré-escola)	1 (creche)		1 (creche)			
CEI Monsenhor José Maria de Vasconcelos	2 (creche)				1 (creche)		
EEF. Clarismundo Alves Aragão		1 (4º ano) 3 (5º ano) 1 (8º ano)		1 (2º ano)		1 (2º ano)	
Colégio Genius	1 (pré-escola) 2 (pré-escola)	2 (pré-escola)					
EEF. Dep. Delmiro de Oliveira (23004711)	1 (4º ano)	2 (3º ano) 3 (5º ano)					1 (1º ano)
EEF. Dep. Delmiro de Oliveira (23006005)	1 (pré-escola)	2 (1º ano) 1 (2º ano)					
EEF. Dr. José Glauberton Alves Sá		4 (7º ano)			2 (6º ano) 2 (7º ano) 1 (8º ano)		
EEF. Luiz Machado	1 (5º ano)	3 (4º ano) 3 (6º ano) 1 (7º ano)				1 (6º ano)	



Escola	Deficiência física	Deficiência intelectual	Cegueira	Autismo infantil	Transtorno Desintegrativo da infância	Baixa Visão	Deficiência Auditiva	Surdez	Deficiência Múltipla	Síndrome de Rett	Síndrome de Asperger
		1 (creche)									
		3 (pré-escola)									
EEF. Eliezer Arruda (23005475)		1 (1º ano)									
		1 (2º ano)									
		1 (3º ano)									
		2 (5º ano)									
		1 (8º ano)									
		2 (1º ano)									
EEF. Eliezer Arruda (23005645)	1 (2º ano)	2 (2º ano)			1 (pré-escola)	2 (1º ano)	1 (2º ano)				
						2 (2º ano)					
EEF. Esmerino Arruda Filho	1 (4º ano)	1 (5º ano)									
EEF. Francisca Fontenele de Sousa Batista	1 (5º ano)										
					1 (8º ano)		1 (6º ano)				
EEF. Francisca Portela Xavier	1 (4º ano)	1 (4º ano)			5 (4º ano)	1 (4º ano)					
	2 (5º ano)	2º (5º ano)			5 (5º ano)	1 (5º ano)					
EEF. Francisco Inácio de Araújo	1 (creche)										
	1 (Pré-escola)	1 (8º ano)						1 (6º ano)			
EEF. Francisco Liberalino dos Santos								1 (2º ano)			
EEF. Guilherme Teles Gouveia	2 (9º ano)	2 (6º ano)				1 (8º ano)			2 (9º ano)		
		3 (8º ano)									
		5 (9º ano)									
EEF. Dona Inah		1 (1º ano)			1 (4º ano)	1 (3º ano)		1 (1º ano)			
EEF. João Fontenele de Araújo		1 (1º ano)									
		1 (4º ano)									
		4 (2º ano)									
EEF. Joaquim Barbosa de Melo		2 (3º ano)									
		1 (8º ano)									
		1 (9º ano)									
EEF. Joaquim Saldanha de Brito	1 (5º ano)										

Escola	Deficiência física	Deficiência intelectual	Cegueira	Autismo infantil	Transtorno Desintegrativo da infância	Baixa Visão	Deficiência Auditiva	Surdez	Deficiência Múltipla	Síndrome de Rett	Síndrome de Asperger
EEF. José Firmino dos Santos	1 (6º ano)	1 (6º ano)				1 (7º ano)					
EEF. José Lendegue da Costa		1 (6º ano)									
EEF. José Telesforo Sampaio							1 (Pré-escola)				
EEF. José Vital de Sousa							1 (5º ano)				
						1 (6º ano)					
EEF. Dr. Juarez Cruz		1 (1º ano)									
		1 (2º ano)				1 (3º ano)				1 (1º ano)	
		3 (3º ano)									
EEF. Livio Barreto		1 (1º ano)						1 (1º ano)			
		1 (4º ano)									
		1 (1º ano)									
		1 (2º ano)									
EEF. Manoel Horácio de Melo	1 (1º ano)	1 (3º ano)		1 (2º ano)							
		1 (4º ano)									
		1 (5º ano)									
EEF. Maria Guilherme de Carvalho		1 (7º ano)									
		2 (9º ano)									
EEF. Maria Toinho	1 (creche)										
	1 (Pré-escola)	1 (Pré-escola)							1 (Pré-escola)		
	1 (2º ano)										
EEF. Martiniano Fontenele Magalhães	2 (2º ano)	1 (2º ano)									
		1 (4º ano)									
EEF. Napoleão Fontenele Rocha						1 (1º ano)					

Escola	Deficiência física	Deficiência intelectual	Cegueira	Autismo infantil	Transtorno Desintegrativo da infância	Baixa Visão	Deficiência Auditiva	Surdez	Deficiência Múltipla	Síndrome de Rett	Síndrome de Asperger
EEF. Sem. Olavo Oliveira		2 (2º ano) 2 (3º ano) 2 (4º ano) 1 (1º ano) 4 (3º ano) 1 (4º ano)			1 (3º ano)	1 (Creche)	1 (2º ano)				
EEF. Quincas de Oliveira	1 (7º ano)	2 (5º ano) 3 (6º ano) 1 (8º ano) 1 (9º ano)				1 (7º ano)		1 (8º ano)			
EEF. Raimundo Augusto Passos	1 (pré-escola) 1 (5º ano) 1 (6º ano)	1 (Pré-escola) 1 (4º ano) 1 (5º ano) 1 (2º ano)			3 (2º ano) 1 (3º ano) 3 (4º ano) 4 (5º ano) 2 (6º ano)						
EEF. São Raimundo		3 (3º ano) 1 (4º ano) 1 (6º ano)		1 (5º ano)	1 (7º ano)						
CEI Raimundo Ivan Rocha		2 (7º ano) 1 (8º ano)									
EEF. São José	1 (1º ano)	1 (Creche) 1 (º ano) 2 (2º ano) 5 (3º ano) 1 (4º ano)						1 (1º ano)	1 (1º ano)		
EEF. Dona Sinhá		3 (5º ano) 10 (6º ano) 1 (7º ano) 2 (8º ano) 1 (6º ano)		1 (4º ano)		1 (1º ano)		1 (7º ano)			1 (4º ano)
EEF. Teodorico Guilherme Pereira											

Escola	Deficiência física	Deficiência intelectual	Cegueira	Autismo infantil	Transtorno Desintegrativo da infância	Baixa Visão	Deficiência Auditiva	Surdez	Deficiência Múltipla	Síndrome de Rett	Síndrome de Asperger
CEI Carlos Dias Martins	1 (pré-escola)	1 (creche)		1 (creche)							
CEI Monsenhor José Maria de Vasconcelos	2 (creche)				1 (creche)						
Colégio Genius	1 (pré-escola)										
EEF. Dep. Delmiro de Oliveira (23004711)	2 (pré-escola)	2 (pré-escola)									
EEF. Dep. Delmiro de Oliveira (23006005)	1 (pré-escola)	1 (creche) 3 (pré-escola)									
EEF. Eliezer Arruda (23005475)											
EEF. Eliezer Arruda (23005645)					1 (pré-escola)						
EEF. Francisco Inácio de Araújo	1 (Pré-escola)										
EEF. José Telesforo Sampaio							1 (Pré-escola)				
EEF. Maria Toinho	1 (creche) 1 (Pré-escola)	1 (Pré-escola)							1 (Pré-escola)		
EEF. Sem. Olavo Oliveira						1 (Creche)					
EEF. Raimundo Augusto Passos	1 (pré-escola)										
CEI Raimundo Ivan Rocha		1 (Creche)									

INDICADORES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Em relação à Proteção Social Básica

Número de núcleos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos	09
Número de crianças inseridas nos SCFV (de 0 a 11 anos)	349
Número de grupos de gestantes acompanhados pelos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	4
Número de gestantes inseridas nos grupos acompanhados pelo PAIF	100
Número de crianças até 6 anos acompanhadas pelo Serviço e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	12
Percentual de crianças de até 6 anos recebendo Benefício de Prestação continua em relação ao total de crianças residentes no município	45
Número de famílias inseridas no Programa Bolsa Família com crianças até 6 anos por local de Moradia rural/urbana	2.164/1.249
Número de famílias com crianças até 6 anos inseridas no Cadúnico	3.655
Número de benefícios eventuais (auxílio natalidade) concedidos	120

Em relação à Proteção Social Especial (média complexidade) - 2014

Número de gestantes acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos - PAEFI	02
Número de ações de prevenção contra todos os tipos de violência relacionadas à primeira infância realizadas	02

Direito Funcional	Violações	Zona Urbana		Zona Rural		Total
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Vida e Saúde	Doença decorrente de saneamento precário					0
	Doença decorrente de falta de vacinação					0
	Falta de alimentação ou nutrição					0
	Vitima de tentativa de homicídio	1				1
	Atendimento médico deficiente					0
	Prejuízos por ação ou omissão omissão de agentes externos					0
Subtotal: Vida e Saúde	-					1

Direito Fundamental I	Violações	Zona Urbana		Zona Rural		Total
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Liberdade, respeito e dignidade	Violência física	6	2	3	3	14
	Violência psicológica	-	-	1	1	2
	Violência sexual	-	15	2	24	41
	Mendicância (atos atentatórios ao exercício de cidadania)	3	-	-	-	3
	Aliciamento para atividades ilícitas/improprias práticas institucionais irregulares	19	04	10	8	41
	Aprisionamento (cárcere Privado)	-	-	-	-	0
	Discriminação	-	-	-	1	1
Subtotal: Liberdade, respeito e dignidade	-	28	21	16	37	102

Direito Fundamental	Violações	Zona Urbana		Zona Rural		Total
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Convivência familiar e comunitária	Abandono (ausência de convívio familiar)	6	4	3	3	16
	Negligência	34	21	22	16	93
	Não pagamento de pensão (ausência de condições materiais)	-	-	-	-	0
	Violência física					
	Violência sexual	1	1	-	-	2
	Indefinição de paternidade	1	1	-	-	2
	Inadequação de convívio familiar	8	1	1	-	10
Direito fundamental	Violações	Zona Urbana		Zona Rural		Total
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Convivência familiar e comunitária	Atos atentatórios ao exercício da cidadania (ausência ou impedimento de acesso à escola; não comunicação ao Conselho Tutelar de situação de maus-tratos)	-	-	-	-	-
Subtotal: Convivência familiar e comunitária	-	50	28	26	19	123

Direito Fundamental	Violações	Zona Urbana		Zona Rural		Total
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Educação, cultura e lazer	Crianças de 0 a 6 anos sem educação infantil	0	0	0	0	0
	Condições educacionais inadequadas	1	0	0	0	1
	Violência na escola	0	0	1	0	1
	Impedimento de permanência no sistema escolar	2	0	0	0	2
Subtotal: Educação, cultura e lazer	-	3	0	1	0	4

Direito Fundamental	Violações	Zona Urbana		Zona Rural		Total
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Profissionalização e proteção no trabalho	Trabalho infantil	3	0	6	3	12
Subtotal: Profissionalização e proteção no trabalho	-	3	0	6	3	12

Número de crianças vítimas de violação por idade e sexo			
Idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
0 a 3 anos	16	8	24
4 a 6 anos	20	8	28
7 a 11 anos	28	21	49
12 a 14 anos	38	53	91
15 a 18 anos	34	16	50
Total	136	106	242

Em relação à Proteção Social Especial (alta complexidade)	
Número de crianças de até 6 anos inseridas em Serviço de Acolhimento Institucional	0
Número de crianças de até 6 anos inseridas em famílias acolhedoras	0
Número de crianças de até 6 anos inseridas no cadastro nacional de adoção	1



OUTROS INDICADORES

Em relação ao lazer (número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização)

<i>Tipos de espaços de lazer</i>	<i>Localização</i>		<i>Natureza do Espaço</i>	
	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Espaço Institucional</i>	<i>Espaço Público</i>
Parques infantis (considerar parque infantil aquele com pelo menos três brinquedos)	5	0	1	4
Brinquedotecas (considerar brinquedoteca os locais com varias opções de diversão como brinquedos diversos, jogos, fantasias, livros, revistinhas, sucatas, bonecos, fantoches e outros)	4	0	0	4
Circos	0	0	0	0
Parque de diversão (considerar parque de diversão aqueles com pelo menos três brinquedos elétricos)	0	0	0	0
Praça da matriz com bicicletas e motos elétricas	1	0	0	0
Beira-rio	1	0	0	0
Clube com piscina para criança	1	0	0	0

Em relação ao consumo

<i>Tipos de espaços de lazer</i>	<i>Localização</i>	
	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
Comércio de produtos alimentícios para crianças até 6 anos (sorveterias, yogurterias, lojas de doces e balas, pontos de comercio de alimentos destinados a nutrição infantil)	X	X
Comércio de artigos mobiliários (loja de móveis para criança)	X	X
Comércio de artigos de cama, mesa e banho e/ou vestuário	X	X
Comércio de brinquedos, filmes e jogos infantis (locadoras, lojas de brinquedos)	X	X

Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente	
Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento	6.300 ligações 90% 1.100 ligações (Parazinho)
Não tem água canalizada	4.963
Tem água canalizada	8.250
Água da chuva armazenada em cisternas	324
Água da chuva armazenada de outra forma	27
Carro pipa	2
Outros	467
Poço ou nascente fora da propriedade	2.124
Poço ou nascente na propriedade	2.236
Abastecimento de água/rede geral	7.100
Abastecimento rio, açude, lago ou igarapé	919
Índice de atendimento urbano de energia elétrica com rede de abastecimento	954 sem energia 12.245 com energia
Percentual de domicílios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos	
Tinham banheiro sem sanitário	4.748
Tinham banheiro	6.669
Banheiro com foga rudimentar	4.922
Banheiro com foga séptica	1.437
Outros	95
Tinham rede geral de esgoto ou pluvial	76
Lago ou mar	4
Vale	135
Destino do lixo	
Coletado em cacamba	2.556
Jogado em lago e mar	19
Outro destino	46
Queimado na propriedade	5.361
Serviço de limpeza	2.095
Enterrado na propriedade	167
Terreno baldio	2.955

Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente

O município decretou situação de emergência ou calamidade nos últimos 5 anos	Sim	Não
	X	
Em caso afirmativo qual motivo principal do decreto de emergência ou calamidade?		
(X) Enchentes (X) Estiagem () Outros. Quais? _____		
Número de pessoas atingidas por desastres ambientais nos últimos 12 meses	26.000	

	SIM	NÃO
O município possui plano de ocupação e uso do espaço público	X	
Os planos existentes contemplam espaços públicos planejados para serem utilizados especificamente por crianças na primeira infância?		
O município prioriza a inclusão de famílias com crianças até 6 anos nas ações voltadas à melhoria das condições de moradia?		
Nº de aglomerados subnormais "Nota: aglomerado subnormal é um termo utilizado pelo IBGE para designar um conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas , etc.), ocupando ou tendo ocupado até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), disposta, em geral, de forma desordenada e densa; carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais. Essa expressão é referente às favelas, antes conhecidas também como Zonas Especiais de Interesse Social, e no Censo brasileiro de 2010 foi utilizada formalmente.	256 unidades	
População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	1.074 habitantes	

Em relação às ações de Inter setoriais e de articulação

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Citar as redes das quais participa</i>
O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI)?			
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Citar principais ações</i>
O município desenvolve ações educação ambiental voltados à primeira infância?	X		Lixo no local certo, passeio no dia da árvore, não às queimadas, economia da água e energia elétrica.
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Citar Principais ações</i>
O município desenvolve ações de prevenção à violência na primeira infância?	X		Família na escola, PETECA, Faça bonito Granja, Estudo do ECA
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Citar Principais estudos ou pesquisas realizadas</i>
O município desenvolve estudos e pesquisas na área da primeira infância	X		Bolsa família (peso, altura, desenvolvimento)
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Citar Principais estudos ou pesquisas realizadas</i>
Formação de profissionais de saúde, educação, e assistência social incorpora a temática da primeira infância?	X		Identificação do trabalho infantil, Doenças sexualmente transmissíveis, Deficiência, Evasão escolar

Em relação às ações de Inter setoriais e de articulação

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Citar as leis existentes</i>
Existem leis municipais direcionadas à primeira infância? Ex.: Lei que institui a semana do bebê	X		Lei nº 956/2013 de 7 de março de 2013 cria o fundo municipal dos direitos da criança e adolescentes e dá outras providências.
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
O município desenvolve campanhas relacionadas à exposição indevida de crianças na mídia		X	-
O município já realizou a semana do bebê	X		2014



SITUAÇÃO DE OFERTA DE SERVIÇOS/PROGRAMAS/PROJETOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etária)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidades atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
PAIC (programa)	Estadual	-	240	Professores	Educação	Sede, Sede rural, Distritos	Alfabetizar as crianças na idade certa.
			64	Coordenadores			
Malinha Mágica (projeto)	Municipal	-		Da educação infantil até 5º ano	Educação	Sede, Sede rural, Distritos	Incentivar o gosto pela leitura
Prosa e Poesia (projeto)	Estadual	-		Da educação infantil até 5º ano	Educação	Sede, Sede rural, Distritos	Incentivar o gosto pela leitura

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etária)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidade s atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Puericultura e Pré-natal (serviço)	Federal	-	30 atendimentos por und. Mensal	Crianças e gestantes	Saúde	17 Unidades	Reduzir a Taxa de mortalidade materna e infantil
Semana do bebê (projeto)	Federal	-	1.000 crianças	Crianças e gestantes	Saúde	17 Unidades	Reduzir a Taxa de mortalidade materna e infantil
Bolsa família (programa)	Federal	-		Toda a população carente do município	Saúde, Educação, Ação social	Município	combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etária)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidade s atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)	Federal	-	0 a 6 – 130 6 a 12 – 219	Crianças em situação de vulnerabilidade e risco social	S.M.T.D.S (C.R.A.S)	Área urbana e rural	Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários com a finalidade de prevenir situações de risco
Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF)	Federal	-	165 (Nov/14) CRAS II 488 (Nov/14) CRAS I	Família	S.M.T.D.S (C.R.A.S)	Área urbana e rural	Fortalecer a função pro letiva das famílias, prevenindo ruptura de vínculos, além de promover o acesso a outras políticas públicas
Serviço de proteção e atendimento especializado à famílias e indivíduos (PAEFI)	Federal	-	50 famílias	Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência física, sexual e psicológica	S.M.T.D.S (C.R.E.A.S)	Área urbana e rural	Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários, contribuindo com rompimento das situações das violações de direitos

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etérea)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidades atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Serviço especializado em abordagem social	Federal	-	50 famílias	Crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia ou sobrevivência	S.M.T.D.S (C.R.E.A.S)	Área urbana e rural	Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso a rede de serviços públicos
Serviço de acolhimento de crianças e adolescentes na modalidade de família acolhedora	Federal	-	10 crianças	Crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva do ECA em função de abandono ou cujas famílias de responsáveis encontram-se impossibilitadas de cumprir sua função	S.M.T.D.S (C.R.E.A.S)	Área urbana e rural	Promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família de origem
Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI)	Federal	-	-	Crianças e adolescentes em situação do trabalho infantil	S.M.T.D.S (C.R.E.A.S)	Área urbana e rural	Erradicar o trabalho infantil
BPC na escola (Programa)	Federal	-	0 a 3 anos – 10 (nenhuma na escola) 4 a 6 anos – 30 (só 8 estão na escola)	Crianças e adolescentes especiais	Órgão gestor inter setorial do BPC no município	Área urbana e rural	Desenvolver ações inter setoriais que garantam o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC (Benefício de Proteção Continuada)

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etérea)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidade s atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Prefeito amigo da criança (programa)	-	ABRINQ	siinformação	Todas as crianças do município	Saúde, Educação, Assistência social, Cultura e Esporte	Município	Mobilizar e apoiar tecnicamente os municípios na implementação de ações e políticas voltadas para crianças e adolescentes, fortalecendo os mecanismos preconizados pela convenção internacional dos direitos da criança e pelo E.C.A

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etária)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidade s atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Água para todos (Serviço)	Federal (Min. da Integração com parceria municipal)	-	2.200 cisternas	Famílias onde não tem água.	DNOCS, Defesa Civil, Sec. Agricultura e Desenvolvimento Agrário e Pesca	Todo município carente de água	Abastecer as famílias carentes onde a renda por pessoa seja até R\$ 154,00.

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etária)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidade s atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Brincadeiras Infantis (Projeto)	Municipal	-	150 crianças	Crianças a partir de 5 anos	Secretaria de Cultura (Projeto em planejamento)	SEDE	Resgatar as brincadeiras de rua
Contação de História na Biblioteca	Municipal	-	Crianças e adolescentes da rede pública	Estudantes municipais	Secretaria de Cultura	Escolas públicas municipais	Implementar o gosto pela leitura

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etária)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidades atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
FICAI (Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente) Projeto – Março de 2015	Municipal	-	Todas as escolas	Estudantes municipais	Conselho Tutelar, Escolas, Promotoria de Justiça, Pais e Responsáveis	Todo o município	Combater a infrequência e a evasão escolar de crianças e adolescentes, prevalecendo o resgate do aluno na sala de aula
Conselho Tutelar nos Distritos – Serviço (Abril 2015)	Municipal	-	200 pessoas	Comunidades, famílias.	Através de audiência pública envolvendo pessoas da comunidade – Conselho Tutelar.	Todo o município	Preparar os conselheiros tutelares para agirem com capacidade e eficiência na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
18 de maio dia contra a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes (Maio 2015)	Nacional	-	Todo o município	Estudantes, famílias e toda a comunidade	Conselho Tutelar, Escolas municipais, estaduais e privadas e a comunidade	Todo o município	Coibir o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.
Orientação sobre a venda de fogos de artifício (Junho 2015)	Municipal	-	Rede comercial	Comerciantes	Comércio local e Conselho Tutelar	Todo o município	orientar os comerciantes a respeito de faixa etária e tipos de fogos que é permitido a venda a crianças e adolescentes. Focando a prevenção de acidentes provocados por tais produtos

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etérea)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidades atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Internet Segura (Projeto) Julho 2015	Municipal	-	Rede comercial	Lan – house e casas de diversão eletrônicas	Conselho Tutelar e comercio de diversão eletrônica	Todo o município	Conscientizar os donos dos estabelecimentos sobre os horários de frequência e permanência de crianças e adolescentes em seus estabelecimentos assim como alertar sobre jogos inadequados em consonância com a Portaria nº 03/08 do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte Vara Civil da Comarca de Apodi – Rio Grande do Norte
Combate contra a entrega de veículos a crianças e adolescentes	Municipal	-	município	As escolas e as famílias	Ministério Público, Polícia, Conselho Tutelar	Todo o município	Identificar os casos, responsabilizar os responsáveis, tomando como base de ações a divulgação da portaria e a lei que proíbe crianças e adolescentes guiando carros e motos em vias públicas

Nome do programa/ projeto/ serviço	Setor		Capacidade de atendimento	Público Alvo (Gestantes, Crianças por faixa etérea)	Campo de atuação (saúde, Educação, Assistência Social, etc.)	Localidade s atendidas	Objetivo Principal
	Gov.	Não Gov.					
Não as drogas e bebidas alcoólicas às crianças e adolescentes	Municipal	-	Comercio urbanos	Escolas e comercio	Comercio de bares e barracas, ambulantes do município	Todo o município	Coibir e sensibilizar crianças e adolescentes acerca do consumo de drogas e bebidas alcoólicas, estendendo-se ao bairros prevenindo os comerciantes.
E.C.A na escola (Projeto)	Municipal	-	Escolas municipais	Alunos, professores, gestores e pais de alunos	Secretaria de Educação (PETECA), Conselho Tutelar	Todo o município	Conhecer, divulgar, defender o Estatuto da Criança e do Adolescente sob a lei 8.069/90

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Portaria 151/2013 de 29 de maio 2013

Organização Governamental	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Gestão	David Pereira Rocha	Francisco José dos Santos Pereira
Secretaria Municipal de Educação	Fernanda Ilka Vieira Angelim Araújo	Raimundo Nonato Carvalho de Paula
Secretaria Municipal de Saúde	Cristiane Araújo Ferreira	Antônio Eduardo Alves dos Santos
Representantes da Paróquia São José	José Erlando de Sousa Carvalho	Carlindo Epifânio de Sousa
Representantes da Associação de Apoio Comunitário de Granja (AACG)	Elenilda Magalhães de Oliveira	Denise Ferreira da Silva
Representantes da Sociedade Cultural Granjense	Antônio Jacinto de Sousa Alves	Raimundo Nonato de Sousa
Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Granja	Diamila Maria da Silva Camilo	Cláudia Maria Avelino



Conselho Tutelar	
Nome	Cargo
Francisco Jandre Magalhães Lima	Presidente
José Emanuel Carvalho Sousa	Vice-Presidente
Francisco Charles Ribeiro de Aguiar	Secretário
Francisco Halber Felix Silva	Conselheiro
Francisco Bartolomeu Gomes de Almeida	Conselheiro

Juizado	
Juiz	Vara
Dr ^a . Ticiane Silveira Melo	1º vara (juíza substituta titular)
Dr ^a . Cláudia Waleska Mattos Mascarenhas	2º vara (juíza substituta titular)

Promotoria de Justiça	
Promotor	Vara
Dr. Evânio Pereira Matos Filho (infância)	1º vara
Dr. Paulo Henrique de Freitas Trece	2º vara

Defensoria Pública	
Defensor	Vara
Sem defensor	-

Vara da Infância
1º vara



Polícia Militar	
Nome	Cargo
Dr. Herbert Ponte Silva	Delegado
Francisco Chagas Silva de Paula	Escrivão
Sergio Henrique Oliveira Ferreira	Inspetor
José Vando Gomes de Paiva	Inspetor
Marco Rafael Silva Ferreira	Inspetor

Pessoa Anta

- Alto da Missão
- Angicos
- Angicos I
- Angicos II
- Angiquinho
- Araçás
- Atrás dos Morros
- Baixa Grande
- Baixinha
- Barra dos Saldanha
- Boa Vista
- Brejo de Baixo
- Brejo de Cima
- Brejo dos Sabinos
- Brejo I
- Brejo II
- Cabeceira
- Cacimbas
- Caiçara
- Cajueiro
- Canto Galo
- Canto da Lagoa Grande
- Canto Verde
- Cavalo Morto
- Concebida
- Fortaleza
- Fortaleza dos Saldanha
- Ibuçu Velho
- Independência
- Irapuá
- Jardim
- Jenipapo
- Juair
- Lagoa da Bodega
- Lagoa da Bodega
- Lagoa Grande
- Lagoa Redonda
- Lagoa Seca
- Letreiro
- Malhada dos Bois
- Malhadinha
- Marfim
- Matapasto
- Morro
- Morro dos Araçás
- Morro São Miguel
- Morro Vermelho
- Olho d'agua
- Olho d'agua do Costa
- Olho d'aguinha
- Pantanal
- Pé da Serra
- Pé da Serra dos Afonsos
- Pedra Branca
- Pedra de Fogo
- Pedrinhas
- Planície
- Poço d'agua
- Ponta do Morro
- Puxa I
- Puxa II
- Puxa-puxa
- Raposa
- Raposa
- Raposa I
- Raposa II
- Recanto
- Riacho Boqueirão
- Riacho da Areia
- Riacho de Dentro
- Riacho do Brejo
- Riacho do Cedro
- Rochoso
- Santa Helena
- Santana
- São Miguel
- Sítio Recanto
- Sossego
- Sununga
- Tabocal
- Tanques
- Terra Dura
- Testa de Ferro
- Timbaúba de Baixo
- Timbaúba de Cima
- Tubauna
- Tucuns dos Anastácios
- Várzea Grande
- Vereda dos Julios
- Vereda Grande
- Volta do Rio
- Volta dos Almeida
- Volta dos Almeidas

Territórios Novos

- Baixa do Cedro
- Baixa do Junco
- Belchior
- Boaçu
- Boqueirão dos Cercados
- Córrego do Lino
- Gameleira
- Itacuatara
- Juazeiro
- Lagoa do Picuí
- Lamarão
- Limoeirinho
- Limoeiro
- Maricanga
- Oitizeiro
- Pau Ferro
- Picuí
- Sabiazal
- Salgado
- Santa Barbara
- Santa Cruz
- Santo Eufrásio
- Santo Izideo
- Socorro
- Taboleiro
- Tucuns II

Sambaíba

- Açude Novo
- Alegre
- Angelim
- Baixa das Bestas
- Baixa do Meio
- Baixa dos Galdinos
- Baixa Fria
- Barro Vermelho
- Barroco
- Bento
- Boa Vista
- Bom Sucesso
- Boqueirão
- Cacimbão
- Cacimbão do Admir
- Cajazeiras
- Cajueirinho
- Campestre
- Canto da Ema
- Canto do Cajueiro
- Canto dos Tucuns
- Canto Verde
- Capoeira
- Carnaúba
- Carnaúba Furada
- Carnaubalzinho
- Córrego da Jaburuna
- Córrego do Angelim
- Cupim
- Curral Velho
- Fazendinha
- Feijão
- Folha Larga
- Goiás do Manoel Chaves
- Himaláia
- Jaburuna
- Jacurutú
- Lagoa de Fora
- Lagoa do Boi
- Laranjeiras
- Luzitânia
- Malhada Grande
- Mandioca
- Maria Bela
- Mirador
- Mocambo
- Mocoçal
- Mororros
- Olho d'agua
- Olho D'agua
- Olho D'agua da Aquarela
- Olho D'agua das Horas
- Olho D'agua do Morrinho
- Olho d'aguinha
- Passagem
- Passarinho
- Pedra Branca
- Pedra D'agua
- Picada Nova
- Porteira
- Riacho Novo
- Saco dos Andrés
- Salgadinho dos Olímpios
- Saldado dos Arrudas
- Salgadinho
- Salgadinho do Inácio Sousa
- Salgadinho dos Bastos
- Salgados dos Bento
- Salgados dos Sosas
- Santa Helena
- São João
- São Jorge
- São José
- Silvino
- Tabocal
- Taveiro
- Terra Dura do Abel
- Terra Dura dos Abreus
- Terruman
- Timbaúba
- Tocos
- Torrões
- Tucuns
- Tucunzal
- Várzea Alegre
- Veado Bravo
- Vereda
- Vereda dos Julios
- Vereda dos Tomás

Ibuguaçu

- Algagoiana
- Algoduim
- Alto do São Luiz
- Angico Branco
- Areia
- Areia Agreste
- Baixa da Gata
- Baixa da Gata
- Baixa da Pedra
- Baixa do Antônio Chico
- Baixa Funda
- Baixa Velha
- Barro do Tomaz
- Barro Vermelho
- Barroco
- Beija-flor
- Boca da Pedra
- Brejo do Rochedo
- Buriti
- Cabeça Vermelha
- Cajazeiro
- Cajueiro do Castro
- Cajueiro do Gregório
- Cajueiro do Martiniano
- Cantagalo
- Capitania
- Carnaubinho
- Vereda do Morro
- Cobiça
- Coité
- Croa
- Curral Grande
- Currallinho
- Doce
- Estreito
- Estreito do Martins
- Fazenda
- Fazenda Velha
- Fernandes
- Gameleira
- Gameleirinha
- Gangorra
- Ipueiras
- Itapebuçu
- Jiral
- Ladeira Velha
- Lagoa do Pé do Morro
- Lagoa do Tapuio
- Lagoa Seca
- Lamedor
- Malhada
- Malhada Areia
- Malhada da Areia
- Malhada Real
- Manoelão
- Marreco
- Maruá
- Morro Branco
- Morro do Buriti
- Morro do Sial
- Murici
- Oitê de Baixo
- Oitê de Cima
- Oitis
- Olho D'agua
- Olho D'agua
- Olho D'aguinha
- Palmeiras
- Palmeirinha
- Passagem Rasa
- Pé da Ladeira
- Pé de Serra do Jaguari
- Pedra Branca
- Penha
- Pirapora
- Poção
- Poço da Carnaúba
- Poço da Pedra
- Queimadas
- Riachão
- Riacho
- Riacho00
- Riacho Fundo
- Salgadinho
- Santo Antônio
- São Joaquim
- São José
- São José
- São José do Basilio
- Serra do Arco
- Sibriano
- Sítio Boa Vista
- Sítio dos Pereiras
- Sucuarana
- Supriano
- Tamanduá
- Tanque Velho
- Tapuio
- Taquari
- Tingidor
- Três Irmãos
- Tucuns
- Ubatuba I
- Ubatuba II
- Vagem do Foge
- Varedinha



Adrianópolis

- Barra
- Boqueirão
- Caçimbas
- Cajueiro dos Coutinhos
- Capivara
- Capoeiras
- Curral Grande
- Goiabeiras
- Guarita
- Guarita I
- Guarita II
- Malhada da Areia
- Malhada Real
- Mamelão
- Mariana
- Melancias
- Olho D'aguinha
- Palmeiras
- Papagaio
- Riacho Velho
- Sariema
- Serra da Ubatuba
- Sitio Capoeira
- Sitio Curral
- Sitio Saramanta
- Tabuleiro da Onça
- Tucuns
- Vereda Grande
- Vertentes
- Volta do Morro

Timonha

- Agrovila Timonha
- Beira Rio
- Cacau Novo
- Cacau Velho
- Cajueiro do Coutinho
- Campo Grande
- Caraúba de Baixo
- Caraúba de Cima
- Caraúbas
- Chapada
- Cocal
- Conselho
- Croata
- Curral Velho
- Estreito
- Estreito dos Felix
- Extrema
- Fazenda Itaúna
- Fazenda Santa Helena
- Fazendinha
- Itaúna
- Malhada Grande
- Malhadinha
- Meio
- Mororó
- Morro Escondido
- Mucunan
- Oiticica
- Passagem
- Passagem do Pitimbu
- Pedra do Mocó
- Queimadas
- Sabiatuba
- Saco
- Santa Luzia
- Santo Antônio
- Santo Antônio do Belchior
- Sobradinho
- Timonha Velha
- Vereda do Gato

Granja

- Açude do Zé Rocha
- Açude Novo
- Açudinho
- Agreste
- Alto do Assovio
- Alto do Sairí
- Arataim
- Aroeiras
- Assentamento Jaguarapuaba
- Baixa Fria
- Barra do Sairí
- Barrocão
- Boa Vista
- Caça Poeira
- Cachoeira
- Canto da Lagoa Grande
- Canto do Salgado
- Canto Salgado
- Carambú
- Carnaúba
- Carnaubal Preto
- Carrapicho
- Columiquara
- Comissão
- Coqueiros
- Córrego da Jaburuna
- Correnteza
- Croa Grande
- Curralzinho
- Dr. Privat
- Estrela
- Fuso
- Gameleira
- Gangorra
- Guaramiranga
- Iapara
- Iburana
- Iguaçu
- Iperuí
- Jaburuna
- Km 14
- Km 35
- Lago do Angico
- Lagoa das Pedras
- Lagoa do Boi Antônio
- Lagoa do Machado
- Lagoa do Silvio
- Lagoa Grande
- Lagoa Rosa
- Lagoa Seca
- Lagoinha
- Maravilha
- Maria Bela
- Mato Grosso
- Mato Grosso I
- Mato Grosso II
- Missão
- Morada Nova
- Mororó
- Morro Alto
- Mucambo
- Oiticica
- Olho d'água da Onça
- Pão de Açúcar
- Passarinho
- Pau Branco
- Pau D'arco
- Pedra Branca
- Pedra Preta
- Pitombeira
- Primavera
- Saco
- Sairí
- Salgado da Pedra
- Santa Maria
- Santa Rosa
- Santana
- Santo
- Santo Antônio
- São José
- São José dos Arrombados
- Sítio do Padre
- Sítio Muricituba
- Sítio Riacho
- Sítio Sutera
- Taboleiro do Altino
- Tacimboca
- Tapeque
- Timbaúba
- Torrão
- Valença
- Valente
- Vaquejador
- Várzea Alegre

Todos os dados acima referenciados serão complementados nos capítulos seguintes desse documento, onde serão lançadas ações que suprirão as deficiências encontradas através do diagnóstico.

Finalmente, este Plano Municipal contempla os direitos das crianças, e implementá-lo é dever de todos, quer seja do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ou de organizações da sociedade civil, famílias e cidadãos granjenses. É dever, claro e evidente, que podemos e devemos, com esforço, competência e união, fazer dessa cidade um ícone no Estado do Ceará com características segura, saudável, prazerosa, organizada e feliz, onde os nossos pequenos ao se tornarem adultos verão o quanto foi feito em garantia dessa fase da vida que é a INFÂNCIA.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Nada mais justo e coerente do que obedecer princípios e diretrizes no PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. Relembrando que se enquadra na primeira infância, as crianças de 0 a 6 anos de idade. Após ser feito um levantamento minucioso da legislação, principalmente no ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) que ampara a infância nos devidos temas abordados, promoveu-se um estudo sobre a realidade vivida nas políticas públicas e na percepção dos agentes sociais, propondo ações e atividades que contribuam com o fortalecimento e garantia do desenvolvimento saudável, seguro e promissor da primeira infância.

A RNPI (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA) relaciona 10 princípios e 13 diretrizes políticas e éticas que alicerçaram o PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA, os quais são utilizados no PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA em GRANJA.

Constam no PNPI os princípios abordados num contexto resumido:

- ≠ Criança sujeito, indivíduo, único, com valor em si mesmo:
- ≠ Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica:
- ≠ Integralidade da criança
- ≠ Inclusão:
- ≠ Integração das visões científica e humanista:
- ≠ Articulação das ações:
- ≠ Sinergia das ações:
- ≠ Prioridade absoluta dos direitos da criança:
- ≠ Prioridade da atenção dos recursos, dos programas e das ações para as crianças socialmente mais vulneráveis:
- ≠ Dever da família, da sociedade e do estado.

Obedecendo as Diretrizes Políticas:

É necessário uma atenção prioritária e absoluta na LEI de Diretrizes Orçamentárias- LDO, no Plano Plurianual - PPA. Enquadrar a criança como topo dessas prioridades. As crianças se encontram nas nossas ações, nos nossos discursos e nas leis, mas se não estiverem incluídas no orçamento nada poderá ser cumprido.

O PMPI deve ser articulado e complementado aos Planos Nacionais e Estaduais de tal forma que sejam respeitadas as devidas competências.

Na Perspectiva da realização do PMPI, deve-se manter a persistência a longo prazo para se garantir as metas e objetivos estipulados na promoção de vida e desenvolvimento de nossas crianças.

O PMPI foi elaborado com o conjunto de entidades institucionais municipais, sociedade civil e comunidade desde a sua concepção até a redação final, englobando cada partícula necessária ao real desenvolvimento do plano. Envolvendo todos os campos necessários, o Sistema de Garantia de Direitos do Município, através do CMDCA, passando pelo Poder Executivo e Legislativo, obedecendo ao princípio do que determina o Art 227, §7º, combinado com o Art 204, II da Constituição Federal.



Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Priorizando as regiões geográficas e localidades com maior necessidade alcançar-se-á com mais eficácia os objetivos almejados.

Diante das diretrizes técnicas visa-se a integridade do Plano respeitando os direitos das crianças no contexto familiar, comunitário e institucional. Sabendo das multi-setorialidades das ações é necessário a realização das atividades e avaliações de forma integrada, valorizando e qualificando os profissionais que diretamente atuam com as crianças de até 6 anos, enaltecendo e prestigiando o papel estratégico, demonstrando a eficiência e a forma de divulgação. É de fundamental importância, reconhecer que a criança capta mensagem dos sentimentos e valores de como é tratada pelos adultos. Focar esses resultados positivos, o PMPI deve insistir e persistir o alcance dos objetivos estabelecidos no plano, analisando os indicadores diagnosticados no início da elaboração do plano e por todo o desenrolar do plano. Ser transparente, disponível e saber como divulgar os dados coletados no desenvolvimento e avaliação do PMPI, será de real importância no controle social da execução e cumprimento de metas do Plano.

Exercer a real cidadania o indivíduo assume o papel de sujeito legítimo de suas ações.

AÇÕES FUNDAMENTAIS DO PLANO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

1º Ação Finalística: CRIANÇAS COM SAÚDE

OBJETIVO: Garantir assistência de qualidade à mulher no pré-natal, parto e puerpério em conformidade com as diretrizes da Rede Cegonha, incluindo a garantia do registro de nascimento em todas as maternidades públicas.

AÇÃO 1: Assistência ao pré-natal, puerpério e registro de nascimento conforme a Rede Cegonha.

SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução (X) A ser implantada ()

PERIODICIDADE DA AÇÃO: Contínua

META:

- 1º - Captação precoce de 80% das gestantes no primeiro trimestre.
- 2º - Realizar de 07 ou mais consultas durante o pré-natal para 70% das gestantes.
- 3º - Oferecer os exames preconizados pelo Ministério da Saúde a 95% das gestantes.
- 4º - Ofertar a 95% das gestantes acompanhadas a medicação e suplementos vitamínicos de acordo com a prescrição médica.
- 5º - Participação de 70% das gestantes de, no mínimo, 02 reuniões de grupos educativos.
- 6º - Vincular 100% das gestantes à maternidade de referência.
- 7º - Garantir a referência e contra referência especializada para 100% das gestantes.
- 8º - Garantir o atendimento odontológico durante a assistência pré-natal.
- 9º - Implantar as boas práticas de atenção ao parto no HMVA.
- 10º - Garantir a Triagem neonatal em 95% dos recém-nascidos.
- 11º - Garantir visita domiciliar às puérperas e ao recém-nascido na primeira semana após o parto com ênfase no acompanhamento do aleitamento materno.
- 12º - Garantir o acesso ao planejamento familiar e os métodos contraceptivos para as puérperas.
- 13º - Capacitar 100% das equipes de saúde (profissionais) em assistência de qualidade ao pré-natal, parto e puerpério.
- 14º - Garantir a alimentação de dados para os sistemas de informação relacionados à assistência ao pré-natal, parto e puerpério.

SETOR RESPONSÁVEL: Coordenação da Atenção Primária, Diretor do H.M.V.A, Coordenação de Regulação.

INDICADORES DE RESULTADOS:

- Percentual de gestantes captadas precocemente no primeiro trimestre.
- Percentual de gestantes com 07 ou mais consultas.
- Percentual de gestantes com exames prescritos realizados.
- Percentual de gestantes com medicações prescritas atendidas.
- Percentual de gestantes com participação de, pelo menos, 03 reuniões de grupos.
- Percentual de gestantes atendidas nas maternidades vinculadas,
- Percentual de gestantes referenciadas para centros de especialidades atendidas
- Percentual de gestantes com atendimento odontológico realizado.
- Percentual de maternidades com boas práticas de atenção implantadas.
- Percentual de recém-nascidos com triagem neonatal realizada.
- Percentual de puérperas com visita domiciliar realizada na primeira semana
- Percentual de puérperas com planejamento familiar realizado.

FONTES DE VERIFICAÇÃO: Sistema de informação da Assistência Básica, Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, Sistema de Informação Sobre Nascidos Vivos.

TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância. 2022.



OBJETIVOS: Ampliar a atenção secundária ambulatorial para crianças de 0 a 6 anos.
AÇÃO 2: Crianças de 0 a 6 anos com atendimento especial nos ambulatórios.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução () A ser implantada (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Contínua
META: Ampliar em 50% a oferta de serviços da atenção secundária ambulatorial para crianças de 0 a 6 anos
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde.
INDICADORES DE RESULTADOS: Números de atendimento ofertados à população de crianças de 0 a 6 anos
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios de atendimento do Sistema de Informação Ambulatorial.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância. 2022

AÇÃO 3: Ampliação nos serviços pediátricos no Hospital Maternidade Vicente Arruda
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução () A ser implantada (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: - Implementar a brinquedoteca do H.M.V.A. - Transformar a maternidade do H.M.V.A. em Hospital Amigo da Criança.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde/H.M.V.A.
INDICADORES DE RESULTADOS: Adesão do H.M.V.A. para status Hospital Amigo da Criança
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios operacionais do Sistema de Informação Hospitalar, relatórios da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância. 2022.

OBJETIVOS: Capacitar os profissionais da saúde lotados em Postos de Saúde, no manejo para implantação de testes rápidos de detecção do vírus da imunodeficiência humana e sífilis e na prevenção de acidentes na Primeira Infância.
AÇÃO 4: Capacitação dos profissionais de saúde na habilitação dos testes rápidos na primeira infância.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução (X) A ser implantada ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: Capacitar 100% dos profissionais de saúde lotados nos Postos de Saúde e no H.M.V.A. responsável pelo manejo para implantação de testes rápidos de detecção do vírus da imunodeficiência humana e sífilis.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde.
INDICADORES DE RESULTADOS: Relatórios operacionais de Educação Permanente.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância.
OBJETIVOS: Garantir assistência adequada no H.M.V.A. na hora do parto, evitando contratempos que fazem com que a gestante percorra uma via cruzes a procura de vagas.
AÇÃO 5: Adequação das gestantes em ambientes que priorize seus atendimento.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução () A ser implantada (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: - Organizar o acesso, adequar a oferta de serviços e fortalecer as ações no H.M.V.A. e dos Hospitais de referencia para as gestantes e recém-nascidos de riscos.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde/H.M.V.A./Gestão.
INDICADORES DE RESULTADOS: Relatórios operacionais de Informação Hospitalar, relatórios da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: H.M.V.A. e S.M.S.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância. 2022

OBJETIVOS: Apoiar o parto natural com segurança e reduzir as taxas de cesárea desnecessárias.
AÇÃO 6: Incentivo ao parto natural
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução () A ser implantada (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Continua.
META: - Capacitar médicos e enfermeiros para a realização e incentivo do parto humanizado. - Assegurar o direito do acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós parto, conforme a lei 11.108/05 - Diminuir a % de cessarias desnecessárias.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde/H.M.V.A.
INDICADORES DE RESULTADOS: Relatórios operacionais de Informação Hospitalar, relatórios da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: H.M.V.A. e S.M.S./TABWIM
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até a vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância. 2022

2º Ação Finalística: EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVOS: Garantir o pronto atendimento as crianças inserindo profissionais capacitados e formados na área, promovendo avaliações anuais de todos os atores inseridos neste contexto.
AÇÃO 1: - Garantir pedagogos para a educação infantil (primeira infância). - Tornar obrigatória a formação de nível superior para os professores que atuam na educação infantil.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: profissionais da Educação.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: Capacitações - A ser implantada: Pedagogos - Formação Nível Superior
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Contínua
META: 100% de professores capacitados
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Números de professores pedagógicos, percentual de professores da educação infantil com nível superior em pedagogia
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Sistema de gestão acadêmica coordenadoria de gestão de pessoas, Conselho municipal de educação
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do ano de 2022 para as duas ações

OBJETIVOS: Garantir Educação de qualidade na Educação Infantil, como igualdade, acesso e permanência das crianças de 0-6 anos nas instituições de ensino.
AÇÃO 2: - Qualificação profissional, estruturação das dependências das instituições de educação infantil e defesa do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Profissionais da Educação Infantil e Crianças de 0-6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: Capacitações - A ser implantada:
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Contínua até o final do PMPI
META: Globalizar com qualidade o atendimento das crianças de 4 e 5 anos até o final do PMPI. Atender até 30% da população de 0 a 3 anos até o final do PMPI
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de crianças atendidas por faixa etária. Cobertura de matrícula em creches e pré-escolas (taxa de escolarização líquida)
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Censo Escolar
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do ano de 2022.

OBJETIVOS: Equipar brinquedotecas e bibliotecas nas instituições de educação infantil.
AÇÃO 3: Distribuir nas unidades escolares de Educação infantil, brinquedos, jogos e livros apropriados para faixa etária adequada, inclusive matrizes africanas e indígenas
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Educandos da Educação Infantil
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (x) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Contínua
META: Garantir semestralmente em todas as Instituições da Educação Infantil o abastecimento de brinquedos e livros adequados a cada faixa etária.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de brinquedos por instituição e percentual de crianças atendidas. Percentual de brinquedos específicos por faixa etária atendida.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do ano de 2022 .

OBJETIVOS: Garantir a formação de profissionais habilitados na área de inclusão de crianças com deficiências, bem como o cumprimento das leis de inclusão em cada instituição de educação infantil.
AÇÃO 4: Cumprir as Leis de Inclusão de crianças nas instituições de Educação Infantil.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Educandos da Educação Infantil
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (x) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Contínua
META: Garantir 100% a inclusão de crianças com deficiência nas Instituições de Educação Infantil, garantindo atendimento especializado, criando equipes multidisciplinares para acompanhar com qualidade as crianças com deficiência.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de crianças com deficiências que estejam matriculadas na rede pública municipal. Percentual de equipes multidisciplinares.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do ano de 2022.



OBJETIVOS: Garantir a oferta de vagas nas instituições de Educação Infantil, construindo espaços físicos adequados que garantam o fluxo de matrículas na rede municipal.
AÇÃO 5: garantia de vagas para todas as crianças do município na Educação Infantil, bem como acessibilidade e garantia de áreas livres destinadas às brincadeiras e movimentos das crianças e profissionais.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Educandos da Educação Infantil
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (x) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: anual
META: Garantir até o final do PMPI a adequação física e profissional das instituições de Ensino da Educação Infantil dentro dos padrões pré-estabelecidos pelos órgãos competentes
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de instituições de Educação Infantil reformadas. Percentual de instituições de Educação Infantil construídas. Percentual de recursos destinados e aplicados nas reformas e construções de instituições de Educação Infantil.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do ano de 2022 .

3º Ação Finalística: A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA

OBJETIVOS: Possibilitar o planejamento de ações baseadas nas realidades impostas, em foco, apresentadas pelas famílias em prol de suas crianças.
AÇÃO 1: Realizar reuniões programadas para a escuta das sugestões da comunidade em prol das crianças.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (x) Rural (x)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Famílias das comunidades.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Trimestral.
META: 2016
SETOR RESPONSÁVEL: Gestão – Secretarias.
INDICADORES DE RESULTADOS: Quantidades de reuniões realizadas.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Ata e cronogramas das reuniões.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: 12 meses

OBJETIVOS: Fortalecer as ações inter-setoriais e familiar do município.
AÇÃO 2: Promover atividades inter-setoriais conjuntas entre pais e responsáveis e crianças na escola.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Famílias e crianças na escola
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Trimestral.
META: 2016
SETOR RESPONSÁVEL: Secretarias Municipais, escolas, pais e responsáveis.
INDICADORES DE RESULTADOS: Avaliação de pais, responsáveis e crianças sobre o impacto das ações de integração nas escolas.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Frequência de pais/responsáveis, relatórios de atividades realizadas.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: 12 meses

OBJETIVOS: Capacitar a comunidade dos bairros e distritos sobre a importância da primeira infância, seus direitos e deveres garantidos no ECA.
AÇÃO 3: Oficinas temáticas sobre a primeira infância, nos bairros, escolas e distritos.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (x) Rural (x)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Famílias das comunidades.

SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Trimestral.
META: oficinas trimestralmente nas escolas, bairros e distritos
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, secretaria de Educação, Secretaria de Esporte, Secretaria de Cultura
INDICADORES DE RESULTADOS: Opinião da Comunidade, escolas, bairros e distritos em relação ao trabalho desenvolvido.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Lista de frequência dos participantes e responsáveis pelo evento, bem como a avaliação
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: constante.

OBJETIVOS: Promover momentos de lazer/recreação e integração das crianças com suas famílias e comunidade em um espaço público adequado.
AÇÃO 4: Criação, manutenção e apropriação de espaços públicos para atividades de esporte, cultura e lazer das famílias, observando os padrões de acessibilidade para atender crianças de 0 a 6 anos.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças e suas famílias.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Continua.
META: 2016
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Infraestruturas, Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer.
INDICADORES DE RESULTADOS: Número de espaços criados.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios operacionais dos setores responsáveis e inquérito avaliativo com a comunidade.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: 12 a 24 meses

4º Ação Finalística: ASSISTÊNCIA SOCIAL A CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

OBJETIVOS: Potencializar um grupo intersetorial para visitas domiciliares
AÇÃO 1: Garantir um grupo de ação pública para criar vínculo com a sociedade, ampliando as equipes de acordo com a demanda.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada:
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Mensalmente
META: Implantar equipes para a zona rural e urbana do município
SETOR RESPONSÁVEL: S.M.E, S.M.S, S.M.D.T.S, S.M.C.T.D.L
INDICADORES DE RESULTADOS: Avaliação das famílias, bairros e distritos visitados. Número de reuniões dos grupos de trabalho. Número de ações dos serviços das equipes de trabalho. Número de participantes dos grupos.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Atas, relatórios dos Grupos de trabalho, relatórios e frequências das ações.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Contínuo

OBJETIVOS: Proteger a primeira infância contra a influência de produtos e substâncias psicoativas.
AÇÃO 2: Articular e analisar os encaminhamentos de crianças envolvidas com substâncias psicoativas e seus membros de família nos programas e serviços de proteção social básica e especial, controlando as demandas no atendimento
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Famílias onde contenham crianças de 0-6 anos.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada:
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Mensalmente
META: atender 100% das famílias envolvidas e encaminhadas.
SETOR RESPONSÁVEL: S.M.E, S.M.S, S.M.D.T.S, S.M.C.T.D.L
INDICADORES DE RESULTADOS: Taxa de cobertura de crianças e famílias (que constem no seu contexto familiar, crianças de 0-6 anos) que sejam usuários de substâncias psicoativas encaminhados

FONTES DE VERIFICAÇÃO:
Atas, relatórios dos Grupos de trabalho, relatórios e frequências das ações dos setores envolvidos,
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Contínuo

OBJETIVOS: Incluir crianças de 0-6 anos com deficiência e/ou familiares nos serviços socioassistencial
AÇÃO 3: Ampliar a cobertura do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para as crianças de 0-6 anos e suas famílias.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos e suas famílias
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada:
PERIODICIDADE DA AÇÃO: anualmente
META: Atender 100% das crianças e/ ou seus familiares com deficiência beneficiando-as com o BPC.
SETOR RESPONSÁVEL: S.M.E, S.M.S, S.M.D.T.S, S.M.C.T.D.L
INDICADORES DE RESULTADOS:
Taxa de cobertura das crianças e/ou familiares beneficiados com o BPC.
FONTES DE VERIFICAÇÃO:
SUAS, Cadastro Único e relatórios dos serviços sócio-assistenciais.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META:
Até o final do PMPI.

5º Ação Finalística: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, FAMÍLIA ACOLHEDORA E ADOÇÃO.

OBJETIVOS: Implantar uma unidade de acolhimento institucional
AÇÃO 1: - Acolhimento de crianças que foram vítimas de violação de direitos de natureza grave. - Garantir o retorno da criança a sua família de origem quando possível.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos que tiveram seus direitos violados
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Integral e permanente
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar.

INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de crianças vítimas de violência com indicação de acolhimento institucional em relação ao total de crianças vítimas de violência.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios do Conselho Tutelar. Relatórios anuais das respectivas secretarias.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do PMPI

OBJETIVOS: Criar um banco de dados para cadastramento de famílias pretendentes a adoção
AÇÃO 2: Selecionar famílias com perfil adequado a receber crianças em situação de adoção.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos em situação de adoção
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: continua
META: 90%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual das crianças inscritas no cadastro de adoção
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios institucionais das secretarias de Assistência Social e Conselho Tutelar.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2017

OBJETIVOS: Encaminhar as famílias em situação de vulnerabilidade para o setor responsável
AÇÃO 3: Identificar, encaminhar e acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade , onde habitem crianças de 0-6 anos de idade.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: famílias onde habitem crianças de 0-6 anos de idade em vulnerabilidade.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: continua
META: 100% até o final do PMPI
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de famílias em situação de vulnerabilidade.
FONTES DE VERIFICAÇÃO:

Relatórios institucionais das secretarias de Assistência Social e Conselho Tutelar.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do PMPI.

OBJETIVOS: Assegurar o trabalho adequado com a família e a criança vulnerável desde a sua identificação até a sua permanência no abrigo.
AÇÃO 4: Garantir o trabalho e assistência social e psicológica a família e criança de 0-6 anos em grau de vulnerabilidade, dedicando-lhe atenção e ajuda necessária para a superação das dificuldades, desde o reconhecimento do caso, durante sua permanência no abrigo e seu encaminhamento depois de solucionado os problemas.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos e/ ou famílias com vulnerabilidade.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: continua
META: 90%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual das crianças acolhidas em serviço de acolhimento institucional.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios institucionais das secretarias de Assistência Social e Conselho Tutelar.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até final do PMPI.

6º Ação Finalística: DO DIREITO DE BRINCAR AO BRINQUEDO DE TODAS AS CRIANÇAS

OBJETIVOS: Resgatar a pratica de jogos/brincadeiras populares, antes esquecidas e incentivar a preservação do meio ambiente.
AÇÃO 1: Oficinas de fabricação de brinquedos artesanais e culturais, atingindo crianças e adolescentes.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Todas as faixas etárias.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: - A ser implantada: Janeiro de 2016
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Semestral
META: 80% das crianças e adolescentes, 20% adultos.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Cultura
INDICADORES DE RESULTADOS: Eventos lúdicos nos bairros e escolas desenvolvendo o projeto de resgate das brincadeiras populares.

FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios operacionais da Secretaria de Cultura, englobando as atividades desenvolvidas
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do PMPI.

OBJETIVOS: Enaltecer o espírito esportivo entre os estudantes das escolas municipais e destacar a cultura local
AÇÃO 2: Fazer na semana da criança (12/10), eventos que envolva atividades/jogos culturais proporcionando premiações.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Alunos das escolas municipais
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: - A ser implantada: 12 de outubro de 2016
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: 100% dos alunos da rede municipal de ensino
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Esporte, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.
INDICADORES DE RESULTADOS: Os dados e registros das secretarias de Esporte, Educação, Cultura e secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios operacionais das secretarias de Esporte, Educação, Cultura e Secretaria do Trabalho e desenvolvimento Social
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até o final do PMPI.

7º Ação Finalística: A CRIANÇA E O ESPAÇO - A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

OBJETIVOS: Encaminhar as crianças a se tornarem futuramente cidadãos equilibrados, gerando assim uma sociedade igualitária.
AÇÃO 1: Uma praça voltada exclusivamente para as crianças de 0 a 6 anos, onde respeite a acessibilidade motora, respeitando a cultura regional.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos de idade
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: - A ser implantada: Novembro de 2016
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Permanente
META: 2 praças da primeira infância
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Obras
INDICADORES DE RESULTADOS:
Percentual de espaços públicos com atividades educacionais, culturais e esportivas em execução contínua.
FONTES DE VERIFICAÇÃO:
Relatórios Operacionais da diversidade lúdica educacional desenvolvida em cada espaço infantil.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Novembro de 2018

OBJETIVOS: Possibilitar às futuras gerações o acesso ao conhecimento da nossa flora local, e o incentivo à preservação do nosso ecossistema.
AÇÃO 2: Criação de um espaço ambiental (APA), que contemple a maior variedade ambiental do semiárido.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural ()
GRUPOS ESPECÍFICOS: Todas as faixas etárias
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: - A ser implantada: Novembro de 2015
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Permanente
META: 1 APA municipal
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Obras
INDICADORES DE RESULTADOS:
Indicadores de espaços públicos com atividades educacionais, culturais, esportivas e de proteção ambiental no município.
FONTES DE VERIFICAÇÃO:
Relatórios operacionais das secretarias responsáveis identificando os trabalhos desenvolvidos na APA, integrando a primeira infância.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Novembro de 2020



OBJETIVOS: Conscientizar as famílias, comunidades, principalmente onde haja crianças de 0-6 anos de idade sobre a coleta seletiva do lixo, evitando assim a poluição excessiva, prejudicando o futuro desses pequenos cidadãos.
AÇÃO 3: Realização de campanhas de incentivo à coleta seletiva, criando práticas de proteção ao meio ambiente.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (x)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Todas as faixas etárias, bairros, escolas e comunidades
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Permanente
META: Realização de campanhas semestrais e atingir pelo menos 50% da população.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria de Cultura.
INDICADORES DE RESULTADOS: Quantitativo de resíduos coletados e encaminhados para reciclagem.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios operacionais das secretarias responsáveis identificando os trabalhos desenvolvidos.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: até o final do PMPI.

8º Ação Finalística: ATENDENDO A DIVERSIDADE - CRIANÇAS NEGRAS, QUILOMBOLAS E INDÍGENAS.

OBJETIVOS: Erradicar o preconceito racial em nossa comunidade, proporcionando a essas crianças futuro sem as "marcas" do racismo.
AÇÃO 1: Desenvolver projetos que conscientizem a comunidade escolar sobre a importância da valorização da diversidade racial para a promoção da igualdade
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: De fevereiro a novembro de cada ano dentro da vigência do plano.
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual das crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas municipais.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios emitidos pelas escolas envolvendo as ações executadas em defesa da diversidade negras, quilombolas e indígenas.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2022

OBJETIVOS: Enriquecer o conhecimento das crianças, afim de que estas valorizem a participação dos negros como parte integrante da sociedade brasileira.
AÇÃO 2: Realizar oficinas educativas que trabalhem o valor e a contribuição dos negros na formação da nossa sociedade e da economia do nosso país.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: De fevereiro a novembro de cada ano dentro da vigência do plano.
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual das crianças matriculadas nas creches municipais de 0 -6 anos que receberam formação contra o racismo.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios emitidos pelas creches sobre as formações fornecidas às crianças de 0-6 anos.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2022

OBJETIVOS: Formar jovens conhecedores da nossa história e donos de uma consciência negra
AÇÃO 3: Fomentar a prática das aulas no currículo do ensino fundamental das escolas públicas sobre cultura afro-brasileira através do material didático, já existentes, associados a outras metodologias e atividades criativas, para que assim as crianças desde cedo descubram a nossa identidade e não desenvolvam posteriormente atitudes discriminatórias e preconceituosas.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças e adolescentes
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: De fevereiro a novembro de cada ano dentro da vigência do plano.
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de crianças matriculadas nas escolas públicas e que se capacitaram contra o preconceito.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios fornecidos pelas escolas municipais.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2022

9º Ação Finalística: ENFRENTANDO AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS CRIANÇAS

OBJETIVOS: Capacitar os profissionais da área de atuação com crianças para identificar as diversas situações de violação de direitos
AÇÃO 1: Qualificar os profissionais para identificar as diversas violações.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Profissionais da área da Educação, Saúde e Assistência Social.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Trimestral
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar.
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de notificações de casos de violências cometidas entre crianças de 0-6 anos.
FONTES DE VERIFICAÇÃO:
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2017

OBJETIVOS: Sensibilizar o ministério público e o poder judiciário sobre a importância de priorizar os casos violência contra a criança.
AÇÃO 2: Cobrar resolução favorável a garantir que a criança não tenha mais os seus direitos violados.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos vítimas de violência.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Permanente
META: Garantir a investigação e encaminhamento em 100% dos casos de violência com as crianças de 0 a 6 anos.
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.
INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de notificações de casos de violência à primeira infância encaminhados à solução ou enfrentamento.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social e relatórios do Conselho tutelar.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Ao Final do Plano Municipal pela Primeira Infância: 2022.

OBJETIVOS: Conscientizar as comunidades sobre as diversas formas de violências sofridas pelas crianças de 0-6 anos, socializando e estimulando a garantia de direitos.
AÇÃO 3: Sensibilização, identificação, diversidade e enfrentamento das violências sofridas pela pequena infância, através de palestras, formações e capacitações de comunidades, escolas, bairros e distritos.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Comunidade, bairros, distritos e escolas
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Permanente
META: Garantir a realização de identificação, divulgação, acolhimento e cuidado dos diversos casos de violência entre a primeira infância, assegurando seus direitos à cidadania
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.
INDICADORES DE RESULTADO Número de ações socioeducativas realizadas
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social e relatórios do Conselho tutelar.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Ao Final do Plano Municipal pela Primeira Infância: 2022.

10º Ação Finalística: ASSEGURANDO O DOCUMENTO DE CIDADANIA A TODAS AS CRIANÇAS

OBJETIVOS: Criar e implantar um cartório de registro de registro civil dentro da maternidade
AÇÃO 1: Fornecer de forma gratuita as certidões de nascimento dos recém-nascidos.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Recém-nascidos.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Continua
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Saúde
INDICADORES DE RESULTADOS: Número de registros de nascimentos emitidos
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios Operacionais da Secretaria de Saúde, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até março de 2016

OBJETIVOS: Solicitar que seja disponibilizada uma data para tratar dos casos de irregularidade de certidão de nascimento
AÇÃO 2: Garantir que as crianças tenham sua certidão de nascimento regularizada
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Mensal
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde.
INDICADORES DE RESULTADOS: Número percentual de certidões de nascimento emitidas
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Registros dos cartórios
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2017, e continuamente.

11º Ação Finalística: PROTEGENDO AS CRIANÇAS CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA

OBJETIVOS: Conscientizar as crianças que quanto maior o consumo, maior a geração de lixo, poluindo o meio ambiente.
AÇÃO 1: Implementar nos currículos e nas propostas pedagógicas das creches e escolas com educação infantil do município, como conteúdo transversal, a educação ambiental e o consumo responsável e consciente.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: Na sede do município - A ser implantada: Nos distritos a partir de 2016
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: S.M.E.
INDICADORES DE RESULTADOS: Nº de instituição que estão trabalhando a proposta indicada.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios mensais das ações realizadas.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Por todo ano letivo.

OBJETIVOS: Sensibilizar os pais para se auto avaliem sobre seus próprios hábitos de consumo de modo a educar seus filhos de forma responsável.
AÇÃO 2: Promover palestras nas escolas e nos CRAS para que trabalhem juntamente com os pais sobre seus próprios hábitos de consumo.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Pais de crianças das creches e educação infantil e de usuários do CRAS com idade até 6 anos.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: - A ser implantada: A partir de 2016.
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: S.M.E., S.M.D.T.S.
INDICADORES DE RESULTADOS: Nº de Instituição e CRAS que estão ofertando as palestras.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios de cada palestrante junto a cada secretaria.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Por todo ano

OBJETIVOS: Assegurar a alimentação saudável na primeira infância.
AÇÃO 2: Garantir um modo de alimentação saudável, identificando as diversas formas e variedades de alimentos que compõem e enriquecem uma refeição adequada.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Instituições de Educação Infantil e famílias das crianças de 0-6 anos.

SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução(X) - A ser implantada: .
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: S.M.E.
INDICADORES DE RESULTADOS: Número das instituições de Educação Infantil que adotaram o sistema de alimentação adequada.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatório da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: até o final do PMPI.

12º Ação Finalística: CONTROLANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS: Desenvolver o sistema cognitivo e motor da criança para um crescimento mais saudável.
AÇÃO 1: Estimular a realização de atividades físicas e culturais voltadas ao público infantil, como: excursões, teatros, contações de histórias, danças, brincadeiras ao ar livre, etc.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual, até a vigência do plano municipal pela 1ª infância.
META: No decorrer do ano letivo de forma continua
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação.
INDICADORES DE RESULTADOS: O projeto político pedagógico das escolas.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatório da Secretaria Municipal de Educação.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2022

OBJETIVOS: Adquirir o conhecimento de maneira prazerosa.
AÇÃO 2: Priorizar o uso da TV/mídia em casa e na escola para fins pedagógicos e não apenas como lazer
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Crianças de 0 a 6 anos
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual, até a vigência do plano municipal pela 1ª infância.
META: No decorrer do ano letivo de forma continua
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação, Famílias

INDICADORES DE RESULTADOS: Percentual de ações desenvolvidas sobre a exposição precoce aos meios de comunicação em relação ao total.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Relatórios anuais de Projeto Político Pedagógico
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: todos os anos

OBJETIVOS: Evitar o acesso e o excesso da exposição das crianças a conteúdos midiáticos inapropriados.
AÇÃO 3: Promover palestras com pais, familiares e educadores sobre a importância do controle e seleção do conteúdo da programação assistida pelas crianças.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Pais, familiares e educadores.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: (X) - A ser implantada: ()
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Anual, até a vigência do plano municipal pela 1ª infância.
META: Promover a realização ao menos 02 palestras anualmente
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação
INDICADORES DE RESULTADOS: Número de palestras e seus relatórios promovidos anualmente, bem como o percentual de ações desenvolvidas sobre a exposição precoce aos meios de comunicação em relação ao total.
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Documentos das palestras. E relatório anual do projeto político pedagógico
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Até 2022

13º Ação Finalística: EVITANDO ACIDENTES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

OBJETIVOS: Desenvolver palestras educativas em escolas e ambientes sociais, que abordem a temática como prevenção de acidentes, primeiros socorros e cuidados com crianças especiais.
AÇÃO 1: Capacitações para todos envolvidos no processo educativo de crianças na primeira infância.
TERRITORIALIZAÇÃO: Urbana (X) Rural (X)
GRUPOS ESPECÍFICOS: Famílias, Profissionais da área, Lideranças comunitárias.
SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO: Em execução: () - A ser implantada: (X)
PERIODICIDADE DA AÇÃO: Capacitação no período de 6 em 6 meses.
META: 100%
SETOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação.
INDICADORES DE RESULTADOS: Números de capacitações ofertadas anualmente
FONTES DE VERIFICAÇÃO: Através de relatórios.
TEMPO ESTIMADO PARA O ALCANCE DA META: Ao final do Plano Municipal da Primeira infância

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMPI (Plano Municipal pela Primeira Infância) representa no Município de Granja uma grande conquista para a nossa sociedade. O Plano incorporou ações de apogeu para a comunidade, muito além de solucionar problemas voltados para as crianças de 0-6 anos e seu grupo familiar. Este é o Primogênito Plano Pela Primeira Infância no município, e articula ações que virão enaltecer e se deixar ser visualizado em todo o contexto Estadual, e porque não dizer, Nacional. A metas, os indicadores, bem como a avaliação de resultados, propuseram as ações finalistas que forma o PLANO FINAL,

A Política Municipal de Granja voltada pela Defesa dos direitos da Primeira Infância será defendida e assegurada pelo CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, criado sob a Lei Nº 665/30-08-1994), incentivando a intersetorialidade das diversas secretarias, registrando uma marca desse órgão como fortalecimento dessa política que garante o direito à cidadania de nossas crianças.

Englobando os diversos conselhos existentes no município: Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Conselho do FUNDEB, Conselho Municipal da Juventude (Em implantação), Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho da Pessoa Idosa., bem como o Comitê de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e o Projeto PETECA.

A análise da desenvoltura do PMPI deverá ser contínua e obediente, cabendo a cada setor responsável cumprir sua demanda e acompanhar a execução correta e coerente de cada ação, obedecendo criteriosamente as políticas públicas exigidas.

Finalizando esse documento que representa a garantia de futuro para nossas crianças, vê-se a necessidade de ajuste orçamentário e execução das ações propostas, equipes de diversas secretarias interligadas no cumprimento do Plano, revelando num futuro promissor uma sociedade mais justa e mais fraterna.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA

PRAÇA DA MATRIZ, S/N

CEP: 62430-000

PABX (88) 3624.11.55

CNPJ: 07.827.165/0001-80

CGF:06.920.175-7

PREFEITO: Romeu Aldigueri de Arruda Coelho
PRIMEIRA DAMA: Juliana Frota Lopes de Aldigueri Arruda
VICE-PREFEITO: Guilherme Gouveia Filho
SEGUNDA DAMA Jeanette Vasconcelos Sousa Gouveia
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Francisco Anibal Oliveira de Arruda Coelho Filho
SECRETÁRIO DE FINANÇAS: Adriano Frota Teixeira
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO: Tatiana Dias de Oliveira Saldanha
SUB-SECRETARIO DE EDUCAÇÃO: Francisco Antônio dos Santos Neto
SECRETÁRIO DE SAÚDE: Raimundo Antônio de Oliveira Magalhães
SUB-SECRETÁRIA DE SAÚDE: Ana Cláudia de Sá Barbosa
SUB-SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA: Arnóbio Rocha Belchior
SUB-SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Silvia Maria de Vasconcelos Souza de Aquino
SECRETÁRIA DE CULTURA: Maria do Livramento Araújo Ximenes
SUB-SECRETÁRIO DE CULTURA: Roberto Anderson Vieira dos Santos
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA: Pedro Fontenele de Sousa
SUB-SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E PESCA: Roberto Chaves Ferreira
SECRETÁRIO DA JUVENTUDE, DESPORTO, TURISMO E LAZER: José João dos Santos
SUB-SECRETÁRIO DA JUVENTUDE, DESPORTO, TURISMO E LAZER: Fernando Falcão de Sousa

EQUIPE INTERSETORIAL DO SELO UNICEF

ARTICULADOR MUNICIPAL DO SELO: Francisco Antônio dos Santos Neto
SECRETARIA DE SAÚDE: Francisa Zuleide da Rocha Magalhães
SECRETARIA DE ESPORTES: José Roberto Farias Barros
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: David Pereira Rocha
CONSELHO TUTELAR: José Emanuel Carvalho Sousa
PRESIDENTE DO CMDCA: Ana Paula Dias de Oliveira
SECRETARIA DE CULTURA: Francisca Elane Firmiano Fonseca
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Umbelina Maria Batista de Araújo
COORDENADORIA REGIONAL DE PESSOA ANTA: Amélia Ferreira Benício
COORDENADORIA REGIONAL DA SEDE: Fernanda Ilka Vieira Angelim Araújo
COORDENADORIA REGIONAL SEDE RURAL: Fernando Magalhães Angelim
COORDENADORIA REGIONAL DO PARAZINHO: Maria Elenice Teixeira Telésforo
COORDENADORIA REGIONAL DE ADRIANÓPOLIS: Maria Roseana Araújo Clemente
COORDENADORIA REGIONAL DE SAMBAÍBA: Cláudia Regina Ferreira Araújo
COORDENADORIA REGIONAL DE TIMONHA: Ana Bárbara Dias
COORDENADORIA REGIONAL DE IBUAÇU: Rita de Cassia da Silva
ADOLESCENTE DO NUCA: Larisse de Jesus Gomes



ADOLESCENTE DO NUCA: Ednardo Luiz do Nascimento
CMDCA Erdeson Erbertt Ferreira de Sousa
APEOC: Carla Patricia Miranda de Araújo

CMDCA

(CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

PORT Nº 134/2015 DE 10 DE MAIO DE 2015

Representante da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social

Titular: Ana Paula Dias de Oliveira

Suplente: Fátima Maria Gomes de Castro

Representante da Secretaria Municipal de Administração

Titular: Jorge Umbelino da Silva

Suplente: Vilani Saldanha

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Fernanda Ilka Vieira Angelim Araújo

Suplente: Patrícia Veras de Oliveira

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: David Pereira Rocha

Suplente: Cristiane Araújo Ferreira

Representante da Pastoral da Criança

Titular: Francisco das Chagas Araújo

Suplente: Francisco Fellipe Barros da Fonseca

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Granja

Titular: Paulo da Hora dos Santos

Suplente: José Ivo Fontenele de Vasconcelos

Representantes da Associação de Apoio Comunitário de Granja AACG

Titular: Elenilda Magalhães de Oliveira

Suplente: Denise Ferreira da Silva

Representantes do Grupo 7º Grupo escoteiro Monsenhor José Maria de Vasconcelos

Titular: André da Silva Magalhães

Suplente: Carlos Antônio de Sousa Araújo.



**CONSELHO MUNICIPAL DO CONSELHO DOS DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

PORTARIA Nº 218/2013 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013

Ana Paula Peixoto da Silva

Ana Luiza da Silva Rocha

Maria de Fátima Magalhães Pereira

Francisca Flávia Ferreira Farias

Maria do Socorro Barros de Oliveira

Antônia Geiza Rodrigues

Adriano Frota Teixeira

Cilas Frota Saldanha

Roberto Anderson Vieira dos Santos

Luiz Silva Lima

José Erivelton Camões Rocha

Juliana do Nascimento Santos

Maria Danila Bezerra de Oliveira

Maria do Livramento dos Santos Reis

Josenira Costa dos Santos

Antônia Naiane Julia Alves

Elenilda Magalhães de Oliveira

Denise Ferreira da Silva

Edmar Araújo Rodrigues

Francisco Aroldo Araújo Rodrigues

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM)

PORT Nº 173/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013

Francisca Edna de Paula

Marisa Moreira Lima



Rejane Carneiro Holanda
Maria das Graças Ferreira Cruz
Francisca Aracélia da Costa
Vilani Saldanha
Izabel Cristina Fontenele de Sousa
Antônia Geiza Araújo Rodrigues
Maria Neuma da Costa
Maria do Socorro Hora Passos
Enóia Fontenele Magalhães
Edmar Araújo Rodrigues
Antônia dos Navegantes Sousa Alves
Márcia Antônia Araújo de Sousa
Maria Cleide da Silva Rodrigues
Maria Jânia Ferreira

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORT Nº 133/2015 DE 11 DE MAIO DE 2015

Erdson Erbertt Ferreira de Souza
Joselina de Barcelos dias Teixeira
Patrícia Veras de Oliveira
Francisca Sales Gomes
Francisco José dos Santos Pereira
Maria das Graças Ferreira da Cruz
David Pereira Rocha
Cristiane Araújo Ferreira
Roberto da Costa Camilo
Emídio Johnson Sales Magalhães
Rosistela dos santos Rodrigues
Maria das Dores Pereira da Silva



Elenilda Magalhães de Oliveira

Denise Ferreira da Silva

Maria Rejane de Sousa

Edmar Araújo Rodrigues

Jovilina Maria de Sales Lopes

Maria da Penha Araújo da Silva

Francisco das Chagas Araújo

Felipe Barros da Fonseca

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

PORT Nº 152/2013 CD 29 DE MAIO DE 2013

Francisco Carlos Justino de Orlanda

Teresinha de Jesus Castelo Branco

Maria de Fátima Magalhães Pereira

Raquel Tabosa soares Pereira

Francisca Maria Fontenele Magalhães

Carlos Dias Martins Neto

Adriano Frota Teixeira

Cilas Frota Saldanha

Francisca Elane Firmino Fonseca

Félix de Oliveira

Ana Rita Carneiro Silva

Paulo da Hora dos Santos

Juliana Alencar Leite

Maria de Lourdes dos Santos Mgalhães

Maria Helena Ferreira de Moraes

Alice Soares de Sousa

Maria Danila Bezerra de Oliveira

Maria do Livramento dos Santos Reis



Maria Gorete Soares

Francisca Maria de Sousa

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORT Nº 154/2013 DE 7 DE JULHO DE 2013

Roberto Chaves Ferreira

Aryane Franklin Chaves

Adriana Fontenele de Barcelos

Maria do Rosário Ferreira de Sousa

Girlene da Costa Vasconcelos

Juliana Angelim de Assis Oliveira

Liana Angelim Dias ferreira

Renata Castro da Ponte

José Erlando de Sousa Carvalho

Manoel Guilherme da Cunha Neto

Lerci Viana Romão

José Ribamar Alves Pereira

Cláudia Maria Avelino

Maria Neuma da Costa

Ana Cristina Batista de Araújo

José Ribamar Pereira de Oliveira

Elenilda Magalhães de Oliveira

Pedro Ribeiro Neto

Francisco Aroldo Araújo Rodrigues

Francisco Antônio Soares

Enóia Fontenele Magalhães

Edmar Araújo Rodrigues

Maria da Conceição Teles Araújo

Anastácio Barros de Castro



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORT Nº 169/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015

Cláudia Regina Ferreira de Araújo
Maria Patrícia Rocha
Jordana Dias Ferreira
Maria das Graças Ferreira da Cruz
Antônio José de Sousa Albuquerque
Jeová da Rocha Brito
Ana Valéria Pereira da Silva
Raimundo Nonato Carvalho de Paula
Maria do Livramento Domingues Dias
Carla Patrícia Miranda de Araújo
Adriana Maria dos Santos Silva
Josefina Maria de Sousa Araújo
Judith Rocha de Freitas Viana
Benvinda Odete Saldanha Moreira
Laura Frota Saldanha Belchior
Verônica Maria Fontenele
José Evo Fontenele de Vasconcelos
Paulo Hora dos Santos
Francisco das Chagas Araújo
André da Silva Magalhães

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Raimundo Antônio de Oliveira Magalhães
Ana Cláudia de Sá Barbosa Dias
Umbelina Maria Batista de Araújo
Fernando Magalhães Angelim



David Pereira Rocha
Maria José Fontenele de Sousa
José Maurício Magalhães
Sebastião Vale Aguiar
Maria da Conceição Domingues
Maria de Fátima Magalhães Pereira
Geane Pereira de Oliveira
Francisca Xavier de Sousa
José Arnaldo Magalhães Fernandes
Francisco Alves dos Santos
Napoleão Bonaparte Saldanha de Brito Filho
Caetano Pereira de Sousa
Cláudio Robério Ferreira Fortuna
Maria Gisele Farias Mesquita
Marilene Oliveira Fontenele
Francisca Helena dos Santos
Diana Moraes Aragão de Oliveira
Maria de Fátima Costa Silva
Antônia Maria da Silva
Maria Elisângela Alves dos Santos
Adeilson Tomaz de Araújo
Edwirgens Sousa de Oliveira
Raimundo Nonato de Paula
Diolinda Rodrigues de Aguiar
Sebastião Ribeiro de Moraes
Raimunda Maria Roberto de Paula
Denize Ferreira da Silva
Pedro Araújo Carneiro Neto

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PORT Nº 03/2015 DE 13 DE JANEIRO DE 2015

David Pereira Rocha
José Maurício Magalhães Junior
Antônio Rodrigues Monteiro Neto
Francisca Pereira da Hora Miranda
Maria do Livramento de Araújo
Ivanildo Vieira de Andrade
Maria José sales de Carvalho Silva
Ana Karla Araújo Magalhães
Rosilene Xavier de Souza
Francisca Costa dos Santos
Paulo da Hora dos Santos
Pedro Regino da Hora
Talita Maria dias Viana
Marlene Andrade Gomes

CONSELHO TUTELAR

Francisco Bartolomeu g de Almeida
Francisco Charles Ribeiro de Aguiar
José Emanuel carvalho Sousa
Francisco Halber Félix Sousa
Francisco Jandre Magalhães Lima



**CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO
FUNDO DE MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

(FUNDEB)

PORT Nº 170/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015

Maria das Graças Ferreira da Cruz

Jordana Dias Ferreira

Emília Ferreira Benício

Angélica Maria Fontenele Pereira Magalhães

Rita Helena Alves Ferreira

Maria Magalhães Fontenele

Pedro Elias de Sousa Filho

Judith Rocha de Freitas Viana

Mila Maciel Dias

Antônio Kleber Rocha

Alessandra Alves Laurentino

Maria José Pereira Aragão

Keila Bequer de Lima Fontenele

Maria Araújo da Silva

Josué Silva Aragão

Maria do Livramento Monção

Antônio Fontenele Rocha

Francisco Geral Brito

José Emanuel Carvalho Sousa

Francisco Charles Ribeiro de Aguiar

Verônica Maria Fontenele

Laura Frota Saldanha

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretária: Tatiana Dias de Oliveira Saldanha

Sub-Secretário: Francisco Antônio dos Santos Neto

Francisca Expedita de Araújo Silva- Técnica da Educação Infantil

Ana Paula Guilherme Pereira-Técnica da Educação Infantil

Maria do Livramento de Paulo- Técnica da Educação Infantil

Alice Monte Alves- Técnica da Educação Infantil

Maria do Socorro Barros de Oliveira – Técnica da Educação de Inclusão

Ana Raquel Frota Rodrigues Angelim – Técnica de Ciências básico II

Adriana Fontenele Barcelos – Técnica de Língua Portuguesa básico II

Maria do Rosário Ferreira de Sousa – Técnica de História e Geografia básico II

Mario César Fontenele Batista – Técnico de Educação Física básico II

Emanuel Erismar de Carvalho – Técnico de Ensino Religioso Básico II

Carlos Dias Martins Neto- Técnico de Matemática básico II e Responsável pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Francisca Maria Barros Idelfonso Brasil- Coordenadora Municipal

Rosana Pereira Chaves de Sousa – Formadora do 1º ano (PNAIC) Linguagem

Claúdia Regina Ferreira de Araujo –Formadora 1º ano (PNAIC) Matemática e Coordenadora Regional do Distrito de Sambaíba

Francisca Valéria de Brito Apolinário – Formadora do 1º ano (PNAIC) Linguagem

Valneide Costa de Oliveira –Formadora 2º ano Linguagem (PAIC)

Angélica Maria Fontenele Pereira Magalhães – Formadora 2º ano (PNAIC) Linguagem

Ana Carolina de Oliveira Fontenele – Formadora 2º ano (PNAIC) Matemática

Sandra Helena Rodrigues de Carvalho –Formadora 3º ao 5º (PNAIC) Linguagem

Emília Ferreira Benicio – Formadora 2º ano (PNAIC) Linguagem

Fernando Magalhães Angelim- Coordenador da Sede Rural

Fernanda Ilka Vieira Angelim Araújo- Coordenador da Sede Urbana

Amélia Ferreira Benicio – Coordenadora do Distrito de Pessoa Anta

Maria do Socorro do Nascimento _ Coordenadora do Distrito de Parazinho

Maria Elenice Teixeira Telésforo- Coordenadora do Distrito de Parazinho

Rita de Cassia da Silva- Coordenadora de Ibuçu



Ana Bárbara Alves – Coordenadora do Distrito de Timonha
Roseane Araújo Clemente – Coordenadora do Distrito de Adrianópolis
Francisco Fellipe Barros da Fonseca – Coordenador Municipal do Censo e Bolsa Família
Hortência Moraes Silva- Secretária Escolar da Secretaria de Educação
Yury Laurentino da Silva –Digitador
Maria do Livramento Muniz – Coordenadora da EJA (Educação de Jovens e Adultos)
Patrícia Veras de Oliveira – Técnica dos Programas Federais
José Robson de Oliveira – Digitador
Silvia Helena Batista de Araújo- Formadora PNAIC 3º ao 5º ano Matemática
Maria Patrícia Rocha – Técnica Auxiliar do SISP
Francisco das Chagas de Pinho Teixeira Junior- Digitador
Umbelina Maria Batista de Araújo – Técnica do SISP, Coordenadora do Peteca.
Francisca Sales Gomes- Coordenadora da Merenda e do Transporte Escolar
Wenderson Pinto Bessa – Digitador
Alexandre Lopes de Souza – Nutricionista
Rosana Farias de Oliveira- Secretária da Secretária.
Maria José Freitas de Oliveira – Coordenadora de Avaliação

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Sub-secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social- Silva Maria Vasconcelos Souza de Aquino
Maria de Jesus dos Santos Rodrigues – Coordenadora do CRAS
Maria de Lourdes dos Santos Magalhães – Coordenadora do CRAS
Juliana Angelim de Assis Oliveira- Coordenadora do CREAS
Ana Paula Dias – Coordenadora do Cadastro Único
Vanessa rocha de Freitas Viana- gerente de Núcleo de Vigilância Socioassistencial, Benefícios eventuais e segurança alimentar e nutricional
Erdson Erbertt Ferreira de Souza – Coordenador de Proteção Social, Trabalho e Renda
Fátima Maria Gomes de Castro- Coordenadora de Gestão SUAS
Adélia Batista Aguiar- Coordenadora Pedagógica
Maria do Socorro Gomes Pereira- Coordenadora



SECRETARIA DE SAÚDE

Raimundo Antônio de Oliveira Magalhães – Secretário de Saúde

Ana Cláudia de Sá Barbosa Dias – Subsecretária de Saúde

Francisca Zuleide da Rocha Magalhães – Coordenadora do Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria – CARA

Patrícia Mendes Dutra – Coordenadora da Atenção Básica

Diego Pereira Duarte – Gerente de Núcleo de Epidemiológica

Marfisa Souza – Gerente de Núcleo de Imunização

Maria Rafaela Ferreira dos Santos – Gerente de Transporte e Almoxarifado

José Roberto Coelho Maciel – Gerente dos Agentes Comunitários de Saúde

Maria Aurileide da Rocha Magalhães – Gerente de Núcleo Ouvidoria Municipal do SUS

Francisco das Chagas Araújo – Gerente de Núcleo de Atendimento Geral

Neta Carvalho – Gerente da UBS Maria Irene de Sousa – Adrianópolis

Silvia Regina Cavalcante Rodrigues Braga – Gerente da UBS Caetano Dias de Oliveira – Sede

Francisca Norbélia Saldanha Rodrigues – Gerente da UBS Cel Inácio Teles de Menezes – Sambaíba

Marlene Barros de Aguiar Pereira – Gerente da UBS Cel Raimundo de Oliveira

Raimundo Porto Dias Neto – Gerente da UBS José Frota Viana

Valdimar Batista Ferreira- Gerente da UBS José Garcez Rocha

Francisco Ednaldo de Sousa – Gerente da UBS Maria Iracy Arruda – Tiaia

Maria Aparecida Cunha Freitas – Gerente UBS Maria do Socorro Cunha do Amaral – Parazinho

Edniuza da Silva- Gerente UBS Inácio Felix dos Santos

Maria Lucélia de Carvalho Oliveira- Gerente UBS Maria do Socorro Araújo

José Roberto Romão Silva- Gerente UBS dário Veras Magalhães- Ubatuba

Rosa Aragão Pereira – Gerente UBS Maria Aragão Pereira – Estreito

Lucília Maria Bonfim Dias – Gerente UBS Cairo Pessoa Martins –Privat

Francisca Moreira Fontenele – Gerente UBS Francisco Carneiro Magalhães –Paula Pessoa

José Altaídes Lopes do Nascimento – Gerente UBS Posto de Saúde de Ibuaçu



HINO DO MUNICÍPIO DE GRANJA

Letra: Padre Osvaldo Carneiro Chaves

Música: Joaquim Carneiro Magalhães

Quando o sol rasga a bruma da alvorada
Descobre entre perfumes e verdores
Um berço de cortina aurinevada
Coberto por dorceu de lindas cores:
É Granja que nas margens situadas
Do Rio Coreau, plena de amores
E de encantos, diz ser a pátria amada
Mãe querida que acalma as nossas dores.

(

REFRÃO)

Granja de Lívio Barreto

Rica terra abençoada:

Em teu seio é doce a vida,

Terna mãe, Granja adorada

Teu seio é para nós o de mãe pura,
Alenta-nos na dor e amargura.
E dá-nos o calor dos ternos ninhos,
Sentimo-nos felizes, berço amado,
Debaixo deste céu sempre azulado,
Coberto pelo véu de teus carinhos.
Granjenses, pela glória do Brasil,
Lutar, lutar com fogo juvenil!

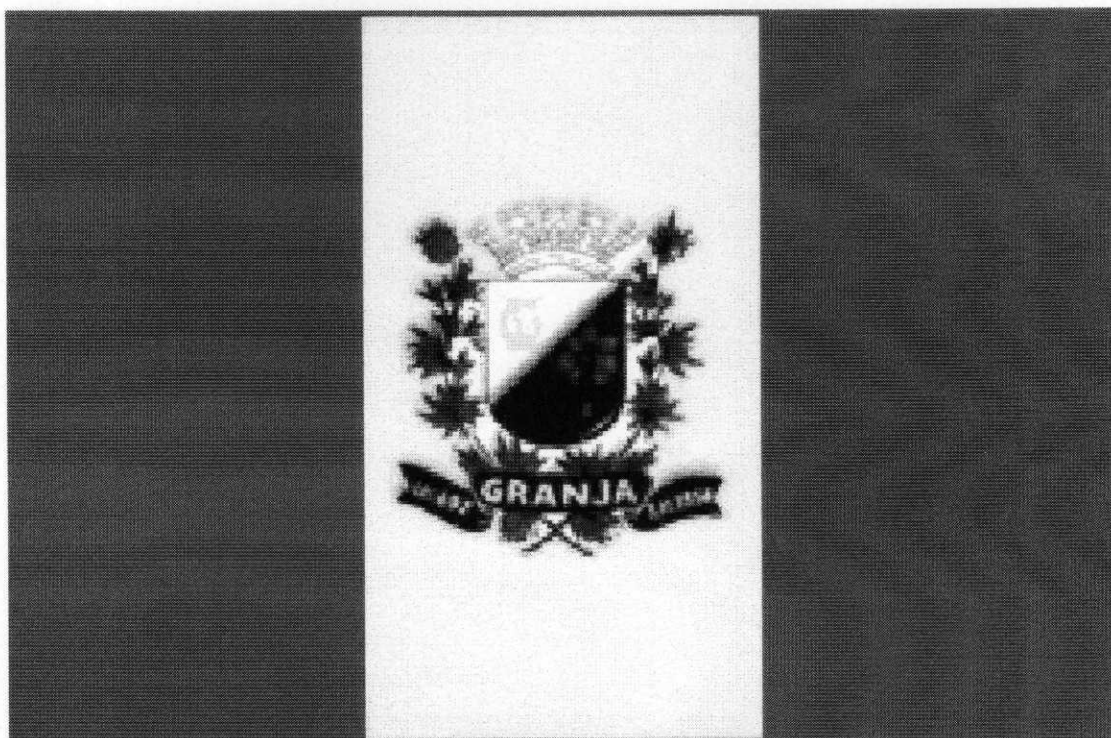
(REFRÃO)



BRASÃO DO MUNICÍPIO DE GRANJA



BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE GRANJA



**EQUIPE DE COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DO PMPI
(PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA)**

Francisco Antônio dos Santos Neto (Articulador do Selo Unicef)

Umbelina Maria Batista de Araújo (Secretaria de Educação - Coordenadora do PMPI)

Erdson Erbertt Ferreira de Sousa (Secretaria do Trabalho e desenvolvimento Social)

Francisca Zuleide da Rocha Magalhães (Secretaria de Saúde)

Diego Pereira Duarte (Secretaria de Saúde)

Francisco das Chagas de Pinho Teixeira Junior (Digitador técnico)

Diagramação e designer (Francisco Felliipe Barros da Fonseca)

